

# empauta

Ano XI nº 22 dezembro 2019

**IEGM realinhado  
fortalece controle  
social**

**SAE: otimização  
colaborativa  
rende bons frutos**

**Controle de vínculos  
em tempo real**

**Planejamento  
Estratégico  
prepara salto  
de qualidade**



## Sintonia em bloco

Sintonizado com o foco na qualidade da gestão pública que orienta a ação do controle externo de todo o país, TCE maranhense avança em importantes indicadores do programa MMD-AQTC

MARANHÃO

TRIBUNAL DE CONTAS



**NOVEMBRO**

**AZUL**



## 8 | TCE avança em indicadores do MMD/QATC

### 2 | EDITORIAL

### 3 | ENTREVISTA

Fábio Alex Rezende

### 6 | Oficina prepara implementação dos ODS



### 10 | ARTIGO

A rede de controle como indutora do controle social  
Alexandre Walraven

### 24 | ARTIGO

Conhecendo o TCE: da teoria acadêmica à prática  
Antonio José Almeida Veras

### 16 | IEGM

Realinhado com sucesso



### 18 | Relação colaborativa com fiscalizados fortalece SAE

### 21 | Acúmulo indevido de cargos públicos na mira do TCE



### 28 | PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Foco na qualidade



### 40 | NOSSA IMAGEM Setembro Amarelo



# Concentrando esforços

**A** primorar a atuação do Sistema Brasileiro de Controle Externo de forma a gerar reflexos positivos na qualidade da gestão pública é um desafio permanente. Tendo esse objetivo como um de seus focos primordiais, os tribunais de contas nacionais passam por profundas transformações tanto em sua estrutura quanto em sua forma de atuação. O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA), desde o primeiro momento, participa ativamente desse amplo e multifacetado processo que tem na sociedade seu maior beneficiário.

A cada dia, num constante esforço que envolve todos os níveis de nossa instituição e a contribuição consistente dos servidores que a constituem, nos dedicamos a refletir sobre o campo em que atuamos, no caso o do controle externo, para identificar com precisão as medidas que podemos adotar para que sejamos cada vez mais um órgão ágil, dinâmico e eficaz, capaz de estabelecer relacionamento republicano e transparente com os fiscalizados e com cada cidadão. A revista que agora você tem em mãos integra o conjunto dessas medidas e apresenta em detalhes pontos cruciais de nossa dedicação a cumprir com diligência a missão constitucional que nos foi atribuída.

Nesta edição, você confere na página 28, matéria sobre a reformulação do Planejamento Estratégico do TCE. As alterações estão sendo realizadas para estabelecer as metas, definir as ações estratégicas e criar as condições estruturais e operacionais para que o TCE maranhense consiga enfrentar os desafios que surgirão no ciclo de validade do Planejamento Estratégico, que se estenderá até 2027. As atividades de elaboração desse importante documento estão sendo coordenadas pela Comissão de Planejamento e Ações Estratégicas,

que em conjunto com a consultoria gaúcha MBS, desenvolverão metodologia de trabalho que sistematizará as contribuições enviadas pelos servidores.

Outro destaque dessa edição é o trabalho que está sendo realizado pelo TCE de combate aos acúmulos ilegais de cargos no serviço público. Uma das principais chagas da administração pública brasileira, ele é responsável pelo desperdício de fatia significativa de dinheiro público e se reflete de maneira negativa na qualidade dos serviços prestados à sociedade: quem acumula indevidamente cargos públicos, ou não trabalha em um desses lugares, ou trabalha abaixo do nível adequado.

E não se pode falar em desperdício de recursos públicos sem colocar o combate à corrupção como ponto central. É o que demonstra matéria que começa na página 26 e que apresenta em detalhes as medidas que serão adotadas pela Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão para implementar em nosso estado as ações da Estratégia Nacional de Prevenção à Fraude e à Corrupção. Por meio de práticas efetivas, as instituições de controle externo pretendem fazer com que a sociedade seu maior parceiro nesse processo.

O combate à corrupção deixa claro a importância essencial dos tribunais de contas como agentes capazes de induzir o aprimoramento da qualidade da gestão pública, aspecto indispensável para a superação das graves desigualdades que ainda persistem na realidade brasileira. Por meio de controle externo efetivo e cidadania participativa essas adversidades podem ser superadas. Boa leitura! @p



## Presidente

Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior

## Vice-Presidente

Joaquim Washington Luiz de Oliveira

## Corregedor

Álvaro César de França Ferreira

## Ouvidor

José de Ribamar Caldas Furtado

## Conselheiros

Edmar Serra Cutrím  
João Jorge Jinkings Pavão  
Raimundo Oliveira Filho

## Conselheiros Substitutos

Antônio Blecaute Costa Barbosa  
Melquizedeque Nava Neto  
Osmário Freire Guimarães

## Ministério Público de Contas

Douglas Paulo da Silva  
Flávia Gonzalez Leite  
Paulo Henrique Araújo dos Reis

## Procurador-chefe

Jairo Cavalcanti Vieira

# empauta

*Informativo semestral  
do Tribunal de Contas  
do Estado do Maranhão*

## Assessoria de Comunicação

Alexandre Vale  
Fernando Abreu  
João Carlos Raposo Moreira  
Mariana Durans Matos  
Nancy Campos  
Ribamar Martins

## Projeto Gráfico, Edição e Ilustrações

Ribamar Martins  
e Mariana Durans Matos

## Fotos

Ascom

## Tiragem

Distribuição gratuita

\* Os artigos publicados nesta revista não refletem, necessariamente, a opinião do TCE-MA.

# “Acúmulo indevido é desperdício de recurso”

ENTREVISTA

Fábio Alex Rezende

Acúmulo indevido de cargos na administração pública gera gasto excessivo com salários do funcionalismo municipal. TCE redobra esforços para combater o quadro

No ano de 2019, as despesas dos municípios com pessoal somaram quase R\$ 20 bilhões, segundo apuração do Tribunal de Contas do Estado (TCE), com base em auditorias realizadas junto às prefeituras. Para o auditor Fábio Alex Rezende de Melo, secretário de Fiscalização do órgão, uma das principais causas para esse montante é o acúmulo indevido de funções nos órgãos públicos. Para ele, é preciso organizar carreiras administrativas e qualificar gestores públicos sobre a real necessidade de controle sobre esses gastos.

O auditor afirma que os fatores que contribuíram para se chegar a essa situação são de toda ordem, desde a falta de gerência e de organização da administração pública, até atos de corrupção praticados pelos servidores que sabem estarem acumulando cargos de forma indevida. É nesse contexto que o TCE maranhense vem agindo para reverter o quadro, uma ação que teve como marco a realização do Censo do Funcionalismo do Estado, realizado há três anos.

Sobre o assunto, acompanhe a entrevista exclusiva concedida à revista TCE Em Pauta:

**TCE Em Pauta: Mais da metade do orçamento de estados e municípios brasileiros é destinado ao pagamento da folha de pessoal. No caso do Maranhão, quanto desse montante pode ser creditado ao acúmulo irregular de cargos públicos?**

**Fábio Alex** - O total de gastos com despesa de pessoal referenciado nas folhas de pagamento dos fiscalizados municipais e estaduais no ano de 2019 foi R\$ 19.989.903.669,33, praticamente R\$ 20 bilhões. Como dezoito por cento deste total são de acumu-

lações fora do padrão constitucional, estima-se então uma possível malversação de quase quatro bilhões por ano. É muito dinheiro. É bom lembrar que esses dados são baseados nas nossas trilhas de auditorias, que utilizam uma metodologia de controle pré-definida, podendo haver variações. Ao final da consolidação dos dados desta ação, vamos ter um retrato mais completo desta problemática que afeta a gestão pública em nosso estado.

**P - Na visão do controle externo, que fatores foram determinantes para que se chegasse a esse quadro?**

**Fábio Alex** - Os fatores são de todas ordens, desde a falta de gerência e organização da administração pública, até atos de corrupção praticados pelos servidores públicos que sabem que estão acumulando de forma indevida. Existem até casos em que o servidor falsifica declarações para poder ocupar uma vaga a que não tem direito. Não esquecendo que a falta de dados de transparência pública pelos fiscalizados também contribui para essa situação.

Outro aspecto ligado a esse problema, é o que envolve a fragilidade dos mecanismos de controle interno, que deveriam, inicialmente, detectar os casos de acumulação indevida de vínculos e fazer os encaminhamentos necessários para a solução do problema. A maioria dos municípios maranhenses não tem estrutura adequada de controle interno, o que prejudica a realização desse trabalho.

Cabe, então, ao controle externo, su-



pir essa deficiência por intermédio das ações direcionadas ao combate desse problema. O que não é fácil em virtude dos obstáculos existentes ao pleno conhecimento dos reais vínculos de cada servidor. Nem mesmo os próprios municípios têm esse controle. Por tudo, é preciso compreender que o combate aos vínculos indevidos é um trabalho que demanda tempo para ser realizado.

**P - O que pode ser feito no plano da gestão pública para modificar esse cenário de forma a assegurar um mínimo de efetividade das políticas públicas?**

**Fábio Alex** - Algumas medidas eficazes consistem em organizar as carreiras administrativas, qualificar gestores públicos sobre a real necessidade de controle sobre esses gastos e utilizar a ferramenta que o TCE desenvolveu para identificar os casos que são de sua responsabilidade para corrigir o quanto antes. Mas não basta apenas isso.

A administração pública precisa entender que uma de suas principais

função é prover serviços de qualidade aos cidadãos. Para que isso ocorra, uma dos fatores importante é o bom dimensionamento da máquina pública em termos de pessoal: em número e qualificação. Esses aspectos ainda são negligenciados pelos gestores municipais.

Ao dimensionar de forma adequada a máquina pública, tem-se a possibilidade de utilizar os recursos públicos com maior racionalidade, o que considerando-se a realidade orçamentária da maioria dos municípios é uma prioridade. O acúmulo indevido é fonte de desperdício de recursos públicos.

Por fim, é necessário combater rigorosamente e dentro da lei, todos os casos em que se constatar o dolo no processo que conduziu à acumulação indevida de cargos no âmbito da administração pública.

#### **P - Por que o TCE maranhense decidiu realizar um trabalho de controle específico em relação ao acúmulo de cargos no serviço público?**

**Fábio Alex** - A razão crucial, em termos de controle externo para atuarmos nesse foco é que parte significativa dos recursos públicos é empregada no pagamento de salários aos servidores públicos. Como órgão de controle externo, não poderíamos ficar indiferentes.

Outro aspecto importante e que também justifica esse trabalho são os impactos causados nos resultados concretos da prestação de serviços aos cidadãos. Quem possui vários vínculos indevidos com a administração pública, provavelmente não trabalha a contento em nenhum dos locais aos quais está vinculado. Isso é grave e deve ser combatido.

Com esse trabalho, pretendemos também fazer que com que os gestores públicos atuem com maior responsabilidade nesse campo. Para dar anda-

mento a todas as ações de combate ao acúmulo indevido de cargos na administração pública, estabelecemos um plano de ação com base em um termo de cooperação técnica com entes da rede de controle da administração pública.

A formalização desse termo de cooperação técnica foi um passo importante que possibilitou o envolvimento de vários órgãos públicos nesse trabalho. E os resultados obtidos demonstram que essa integração é o caminho certo para encaminhar as soluções necessárias à superação desse problema.

#### **P - Que etapas envolvem a realização desse trabalho? Qual foi o ponto de partida?**

**Fábio Alex** - O ponto de partida foi o Censo de Servidores Públicos do Estado do Maranhão (Cesma) iniciado em 2017 e concluído em 2018. O Cesma traçou uma ampla radiografia da realidade funcional de todos os municípios maranhenses.

A realidade é que muitos municípios não tinham controle sobre o número de servidores e as naturezas dos vínculos com eles estabelecidos. O Cesma trouxe à luz essas importantes informações.

Em seguida, já em 2019, houve o lançamento da ferramenta painel de vínculos, que identifica os possíveis casos de acúmulo. Essa ferramenta fez um verdadeiro pente fino nas relações de cada servidor com a administração pública: aspecto fundamental no tipo de trabalho que nos propusemos a fazer. Nesse ponto, quero destacar que nosso trabalho só pode se fazer com a agilidade e o grau de precisão necessários, com o suporte de uma estrutura de tecnologia de informação consolidada no âmbito do TCE. Graças também a isso, esse trabalho de identificar os vínculos indevidos foi possível.

Por fim, destaco também como fator

essencial, as ações coordenadas de auditoria eletrônica.

#### **P - No plano interno, como o Tribunal se preparou para desenvolver um trabalho dessa magnitude? Qual o papel da tecnologia da informação nesse cenário?**

**Fábio Alex** - Fundamental. Sem a tecnologia da informação seria impossível fazer esse serviço. Foi a nossa TI que desenvolveu toda a inteligência da captura e de cruzamento dos dados. Com base nisso, fizemos um planejamento organizado da ação que se desdobrou em várias etapas, inclusive com capacitação de agentes e servidores públicos.

Essas capacitações foram importantes para que todos pudessem conhecer em profundidade todos os aspectos do trabalho que iríamos realizar. Tais capacitações inclusive se harmonizam com a função pedagógica do controle externo. E nos últimos anos o TCE maranhense tem dado ênfase a essa metodologia de trabalho.

Com as informações transmitidas aos agentes públicos, conseguimos um elevado grau de eficiência em cada etapa de trabalho. O que demonstra que a disseminação de informações contribui de forma positiva para o alcance dos objetivos do controle externo. E a tecnologia é estratégica nesse processo.

#### **P - Que ações foram desenvolvidas para vencer resistências e obter uma atitude colaborativa dos fiscalizados em torno do programa?**

**Fábio Alex** - O aspecto fundamental foi deixar claro para os gestores que os principais beneficiados com esse trabalho seriam eles mesmos. Uma vez que eles são responsáveis pela gestão dos recursos públicos, que devem ser aplicados dentro das normas previstas na legislação.

O acúmulo indevido de cargos públicos compromete tanto a questão orçamentária quanto os aspectos que envolvem a qualidade da prestação de serviços. Sem falar que essas práticas favorecem a perpetuação do clientelismo e do favorecimento, aspectos utilizados em muitas situações como moeda de negociação de apoio po-

**“O acúmulo indevido de cargos públicos compromete tanto a questão orçamentária quanto os aspectos que envolvem a qualidade da prestação de serviços.”**

lítico. O que compromete também a representatividade, que é crucial na democracia.

Na maioria dos municípios, a administração pública é o maior empregador. O que termina por favorecer essas práticas. Esse quadro precisa ser revertido. Os tribunais de contas atuam nessa frente por meio de ações que estimulam a adoção da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, de forma a induzir novos ciclos de desenvolvimento que rompam com essa dependência.

Houve, por parte dos gestores públicos, a compreensão desses aspectos e pudemos realizar nosso trabalho, sem abrir mão das medidas punitivas prevista em lei, quando se fizeram necessárias.

**P - Quais as áreas do funcionalismo com o maior acúmulo irregular de vínculos?**

**Fábio Alex** - Educação e Saúde, o que demonstra a gravidade do problema com o qual estamos lidando. Duas áreas essenciais, que demandam a maior parte dos recursos públicos, com um grande número de servidores, fundamentais para a qualidade de vida dos cidadãos e o processo de desenvolvimento socioeconômico do estado. Em virtude disso, as ações de combate aos vínculos indevidos ganham ainda maior relevância.

A permanência desse quadro representaria grave desperdício de recursos públicos, o que é inaceitável em termos de gestão pública moderna, sobretudo pelo fato de os recursos para essas áreas estarem, por lei, congelados tendo por base o ano de 2017.

Nosso trabalho imprime maior racionalidade, em termos de gestão de pessoal, a essas áreas e combate efetivamente os acúmulos indevidos.

**P - Quais os principais efeitos negativos do acúmulo irregular na prestação de serviços ao cidadão?**

**Fábio Alex** - Falta da prestação de serviços, assim como prestação ineficiente. Quem acumula indevidamente cargos na administração pública, ou não trabalha ou trabalha de maneira ineficaz. Isso é o que a realidade demonstra e pudemos verificar em nossas ações



***Precisamos atuar contribuindo para que a gestão pública alcance um novo patamar de eficiência direcionada a melhor servir aos cidadãos”.***

de combate a essa prática.

Os cidadãos acabam por custear, por meio de seus impostos, uma infraestrutura incapaz de atender às suas demandas em diversas áreas da administração pública, o que é inaceitável. Na verdade eles de ser beneficiários das ações desenvolvidas pelos órgãos e instituições públicas municipais.

Outro aspecto danoso resultante disso, porém compreensível, é o fato de se consolidar uma cultura que atribui à coisa pública o monopólio de todos os defeitos. O que sabemos também não ser uma realidade. Há bons exemplo de atuação dos poderes públicos. Eles devem apenas passar a ser a regra, jamais a exceção.

**P - Do ponto de vista do funcionalismo, como o TCE conseguiu demonstrar a importância desse programa?**

**Fábio Alex** - Não foi uma tarefa fácil. Mas conseguimos demonstrar, com dados confiáveis e consistentes, que é necessário combater o acúmulo ilegal de cargos públicos e que essa medida é benéfica para os órgãos e para os servidores.

Por exemplo, quando não há desperdícios de recursos com pagamento de servidores que acumulam indevidamente cargos, parte desse dinheiro pode se direcionado tanto para melhorias infraestruturais quanto para a qualificação de pessoal, dois aspectos fundamentais para a melhoria da prestação de serviços.

A partir dessa conscientização, conseguimos envolver toda a administração pública na ação, além de todos os órgãos integrantes da Rede de Controle.

**P - Qual o estágio atual do programa e que ações estão previstas para as próximas etapas?**

**Fábio Alex** - No momento o tribunal esta auditando as respostas enviadas

à ferramenta painel de vínculos para depois divulgar os dados da próxima ação de fiscalização. Essa etapa é essencial para que tenhamos domínio do cenário e suas características. A análise desses dados mobiliza uma estrutura de tecnologia da informação que está preparada para a execução dessa tarefa com agilidade, confiabilidade e segurança.

**P - Como esse trabalho se articula com a tendência nacional do controle externo, no que se refere a contribuir para o aprimoramento da gestão pública?**

**Fábio Alex** - Cada vez mais esse é um dos maiores desafios da atividade de controle externo. Precisamos atuar contribuindo para que a gestão pública alcance gradativamente um novo patamar de eficiência direcionada a melhor servir aos cidadãos.

Nossas ações devem acompanhar a correta aplicação dos recursos públicos e ao mesmo tempo ampliar a abrangência de ações com vistas a modificar culturas e práticas que se revelam nefastas ao desenvolvimento socioeconômico e ao papel dos poderes públicos como indutores desse desenvolvimento.

Outro aspecto no qual temos um papel fundamental é na implementação de medidas que permitam a cada cidadão a possibilidade de exercício do controle social, com maior envolvimento no acompanhamento das ações da administração pública. Nesse campo, a transparência é fator primordial. As ouvidorias dos tribunais de contas são estratégicas nesse processo.

O trabalho de combate ao acúmulo indevido de cargos na administração pública se harmoniza com todos esses elementos, trazendo contribuições significativas ao campo da gestão pública em nosso estado. @p

# Hora de ação

## TCE participa de oficina sobre implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O auditor de controle externo Fábio Alex Rezende de Melo foi o representante do TCE maranhense na oficina “Alinhando as políticas públicas aos ODS”, evento promovido pelo GT Agenda 2030 e pela Visão Mundial, em parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), a Rede ODS Brasil e o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), realizado no início de agosto em Belém/PA.

A oficina faz parte de uma série de eventos que o GT Agenda 2030 realizará em diversas cidades do país, por meio de um projeto financiado pela União Europeia com o intuito de contribuir para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo direcionada a gestores municipais e representantes da sociedade civil.

A oficina ministrada pelo auditor maranhense teve como tema “Como alinhar as políticas públicas aos ODS e implementá-las nos municípios”. O objetivo foi apresentar alternativas para que os gestores públicos consigam adotar medidas e realizar projetos que contemplem os ODS. Para ele, a atividade permitiu a troca de experiências e o alinhamento de parâmetros que possibilitarão aos poderes públicos alcançar com elevado grau de eficácia os objetivos previstos nos ODS. “Isso terá impacto positivo na resolução de diversas questões que afetam a qualidade de vida das pessoas em nosso país”, observou.

Os ODS constituem um conjunto de ações que devem ser realizadas pelos países para promover o desenvolvimento socioeconômico com foco na erradicação da pobreza, na preservação do meio ambiente e na consolidação da paz mundial.

Como parte do processo de implementação dos ODS no Brasil, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, em 2017, auditoria operacional coordenada sobre a preparação do governo federal para implementar a Agenda 2030 e desde então vem adotando os ODS como indicadores para suas auditorias temáticas.

A participação das instituições que compõem o sistema de Controle Externo brasileiro é estratégica nesse processo, uma vez que as medidas para a viabilização das metas previstas nos ODS e na Agenda 2030 passam pela efetividade das políticas públicas e dos resultados efetivos que as ações governamentais podem entregar à sociedade, além

da mudança de padrões culturais no sentido de valorizar o exercício da cidadania e o estímulo ao empreendedorismo.

Para que se tenha ideia da amplitude e complexidade que envolvem o projeto, o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030) reúne mais de 40 entidades de diferentes setores que, juntas, cobrem todas as áreas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

O grupo incide sobre o Estado brasileiro e as organizações multilaterais, principalmente a Organização das Nações Unidas (ONU), promovendo o desenvolvimento sustentável, o combate às desigualdades e às injustiças e o fortalecimento de direitos universais e indivisíveis, com base no pleno envolvimento da sociedade civil em todos os espaços de tomada de decisão. **ep**





## Roda de Conversa debate ODS

A Escola Superior de Controle Externo do TCE (Essex) promoveu, em setembro passado, Roda de Conversa com o tema “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: é sim da nossa conta”. Realizado no Laboratório I da Essex, o evento procurou sensibilizar os servidores para as questões que envolvem o alcance das metas previstas na Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para os auditores Fábio Alex de Melo e Fred Guerra, que conduziram o evento, a atividade foi um importante momento de reflexão sobre o que podemos fazer como indivíduos diante de temas fundamentais para o futuro do planeta. “As pessoas, em suas vidas cotidianas precisam absorver os valores da Agenda, entender o que faz e o que pretende o TCE,

qual é o objetivo e como as questões serão enfrentadas pelo TCE nas próximas ações”, destacou Fábio Alex.

A Agenda 2030 constitui um plano de ação que estabelece dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e cento e sessenta e nove metas, com a finalidade de erradicar a pobreza e promover vida digna para todos os habitantes da Terra.

Os 193 Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (ONU) se comprometeram formalmente com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, composta pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os trabalhos de construção dos ODS começaram com a realização, no Brasil, da Conferência Rio+20. @p

@p

**ALINHAMENTO:**  
representantes de TCs de várias partes do país participaram da oficina ministrada pelo auditor do TCE maranhense



# Nivelamento em alto nível

Comissão de Validação de informações do MMD/QATC visita TCE maranhense para nova rodada do processo de validação dos indicadores

**A** Comissão de Validação da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) responsável pela aferição dos indicadores do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) no MMD-QATC visitou o TCE maranhense no início de setembro, para a realização dos trabalhos de análise das informações fornecidas pela Corte de Contas maranhense.

Coordenada pelo conselheiro César Colares (TCM/PA), integraram a comissão o conselheiro-substituto Itacir Toderro (TCE/CE); a auditora estadual de controle externo Milene de Oliveira Barbosa (TCM-BA); a auditora pública externa Narda Consuelo Neiva (TCE/MT) e Sérgio Bacury, assessor da Presidência do TCM/PA.

O grupo de trabalho teve como objetivo verificar e cancelar aspectos vinculados às ações realizadas pelo TCE maranhense com foco nos parâmetros do MMD/QATC.

A avaliação se concentrou nos seguintes pontos relativos à estrutura e ao desempenho do TCE: composição, organização e funcionamento; gestão de pessoas; auditoria operacional; controle concomitante externo; informações estratégicas para o controle externo; fiscalização e auditoria da gestão fiscal e da renúncia de receita e fiscalização e auditoria da transparência e da ouvidoria dos jurisdicionados.

Esses aspectos foram selecionados do total de vinte e cinco indicadores que compõem o MMD/QATC, cuja avaliação tem entre suas finalidades contribuir para o aprimoramento do desempenho dos tribunais de contas brasileiros e a entrega de resultados confiáveis à sociedade na área de controle externo, além de induzir a disseminação de boas práticas tanto no âmbito dos tribunais de contas quanto nos diferentes níveis da administração pública.

De acordo com a Atricon, uma das formas desses objetivos serem alcançados passa por maior sinergia entre os tribunais de contas brasileiros, permitindo o surgimento de um sistema integrado de controle externo da administração pública, o que possibilitaria a uniformização de procedimentos e a garantia de amplo acesso do cidadão às informações pertinentes ao controle externo.

Para o conselheiro César Colares já podem ser identificados os primeiros efeitos positivos do MMD/QATC nas Cortes de Contas brasileiras, que passaram a ter um enfoque mais minucioso nos aspectos qualitativos da gestão pública. “Os tribunais de contas brasileiros, a partir do MMD/QATC, melhoraram sua estrutura e funcionamento, com foco na padronização de procedimentos. Outro avanço significativo é o compartilhamento de boas práticas, o que contribui para o encaminhamento de soluções no campo do controle externo de forma rápida e efetiva”, destacou César Colares.

Este ano, o MMD/QATC passa por processo de certificação de qualidade realizado pela Fundação Vanzolini. A certificação atestará todas as atividades e processos do MMD/QATC, considerando os objetivos e metas do indicador. Conduzida de forma externa e independente, a certificação é um elemento a mais que ampliará a credibilidade da iniciativa liderada pela Atricon em prol da evolução do sistema de controle externo brasileiro. **ep**

DIRIGENTES, procuradores e auditores do TCE maranhense ao lado de membros da Comissão de Validação, após reunião de trabalho



## Horizonte de evolução

TCE maranhense apresenta evolução em importantes indicadores do programa

O relatório da Comissão de Validação, entregue no início do mês ao presidente do TCE, conselheiro Nonato Lago, indica que o TCE/MA apresentou evolução em vários dos parâmetros que foram analisados para a definição do MMD/QATC 2019, quando considerado o desempenho nos anos anteriores da avaliação.

A Comissão de Validação também fez constar de seu relatório observações e recomendações que podem ser adotadas pelo TCE como forma de melhorar o nível de desempenho de algumas áreas da instituição.

Ao entregar o relatório, o conselheiro César Colares (TCM/PA), coordenador da Comissão de Validação, reafirmou a importância do MMD/QATC para o processo de aprimoramento da qualidade da atuação dos tribunais de contas brasileiros, destacando que as informações identificadas devem servir de base para estruturar em nível ainda mais elevado o (...) das Cortes de Contas de forma a que resultados efetivos sejam entregues à sociedade.

Outro aspecto ressaltado por Colares foi a dedicação e o compromisso dos técnicos do TCE em atender de forma rápida e integral a todas as solicitações da Comissão de Validação. "Destaco a participação dos servidores do TCE/MA, incansá-

veis no atendimento às demandas da Comissão de Validação para tentar mostrar a situação do Tribunal", disse Colares.

O presidente do TCE, conselheiro Nonato Lago, agradeceu os trabalhos da Comissão de Validação, afirmando que as diretrizes da Atricon são um norte para a atuação do TCE maranhense, que tem passado por mudanças focadas em maior integração interinstitucional, compartilhamento de boas práticas, uso intensivo de tecnologia da informação, ações pedagógicas e ampliação do diálogo com a sociedade como estratégias para elevar o nível da gestão pública. "O controle externo deve ser ágil e efetivo. Nesse sentido, dois aspectos são indispensáveis: infraestrutura adequada e servidores atuantes e qualificados. Os indicadores do MMD/QATC contribuem para o constante aprimoramento das cortes de contas brasileiras. O TCE maranhense está plenamente integrado a esse processo", afirmou Nonato Lago. **ep**

**"Destaco a participação dos servidores do TCE/MA, incansáveis no atendimento às demandas da Comissão de Validação para tentar mostrar a situação do Tribunal."**

César Colares

# A rede de controle da gestão pública do maranhão como indutora do controle social

*Alexandre José Caminha Walraven*

*Secretário do Tribunal de Contas da União no Estado do Maranhão  
alexandrejc@tcu.gov.br*

*Membro da Coordenaria-Executiva da Rede de Controle da Gestão Pública do MA*



A tarefa de fiscalizar a boa e correta aplicação dos recursos públicos nunca foi tarefa fácil. A cada nova ferramenta utilizada pelos órgãos de controle e fiscalização, aqueles que teimam em fazer uso dos recursos públicos para fins não republicanos criam novas modalidades de desvio/mau uso de nossos impostos.

O que se pode fazer, além de aprimorar as “armas” que dispomos, tais como ferramentas de mineração de dados, cruzamento de bancos de informações e treinamento de nossos profissionais?

Uma das saídas é reforçar o controle social (aquele exercido pelo cidadão que mora na cidade onde o dinheiro público é gasto) e, por via indireta, aumentar a “expectativa de controle” por parte dos gestores, ou seja, aumentar o receio de que se fizer alguma coisa errada, poderá responder por isso.

Mas entendemos que tudo começa por mostrar ao eleitor-contribuinte que os gestores públicos têm a obrigação constitucional de prestar contas de seus atos e da forma como gasta o dinheiro público. Isso não é favor, é obrigação legal!

O gestor tem a obrigação de deixar patente que ao administrar os recursos públicos sob sua responsabilidade, agiu com base no acrônimo “LIMPE”, que resume os 5 princípios básicos da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

Nessa direção e com o objetivo de trazer mais eficiência ao trabalho de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, surgiram as redes de controle em todo o Brasil, na busca

de integrar os esforços de órgãos parceiros, trocar informações e estimular o controle social.

Dito isso, e diante do relativo desconhecimento da população sobre o que é o controle social e sobre o que são e para que servem as redes de controle, resolvi escrever algumas linhas sobre o assunto, aproveitando o nobre espaço concedido pela Revista “TCE EM PAUTA”.

Falar sobre as redes de controle, e em especial sobre a Rede de Controle da Gestão Pública do Maranhão (permitam-me chamá-la doravante, neste texto, de “Rede de Controle do MA”), é trazer à baila uma das mais nobres de suas inúmeras vitórias que é estimular o controle social, ou seja, apoiar a fiscalização da aplicação dos recursos públicos por parte da população, formando “auditores sociais”, que moram no local onde o recurso público é gasto.



*Falar sobre as redes de controle, e em especial sobre a Rede de Controle da Gestão Pública do Maranhão (permitam-me chamá-la doravante, neste texto, de “Rede de Controle do MA”), é trazer à baila uma das mais nobres de suas inúmeras vitórias que é estimular o controle social*

**“Numa ação que não tem data para acabar, as redes permanecerão ao dispor da sociedade brasileira para lutar pela melhoria nas condições de vida dos brasileiros, e manter viva a esperança num futuro com menos corrupção e políticas públicas mais efetivas”**

Somente esse feito, cujas sementes vêm sendo lançadas desde 2009 com mais de 54 municípios-polos visitados pelas “audiências públicas de cidadania e controle social”, já tivemos mais de 6.000 “auditores sociais” capacitados a fiscalizar e denunciar aquilo que estiver em desacordo com a normalidade. São cidadãos que passaram a conhecer mais os seus direitos, aprenderam a exercer a prerrogativa de exigir explicações ao poder público e aprenderam a quem podem recorrer quando observarem malfeitos.

E o responsável por isso é o trabalho abnegado dos parceiros que formam a Rede de Controle do MA, cientes de que a educação cidadã é uma das armas mais eficientes de combate a corrupção.

A Rede de Controle da Gestão Pública do Maranhão foi criada em 14 de abril de 2010 (Diário Oficial da União nº 70), e o seu acordo de cooperação foi subscrito, no início, por 8 entidades (TCU, CGU, TCE, MPMA, MPCMA, CGE-MA, PF e CEF), contando atualmente, após seu 4º Termo Aditivo, com 28 membros das esferas federal, estadual, municipal, sendo uma das mais ativas e produtivas redes de controle.

O que a sociedade talvez não recorde é que, como fato precursor das redes de controle que atualmente existem em todo o território nacional, tivemos a assinatura de um Protocolo de Intenções na sede do TCU em Brasília-DF, em 25/3/2009, que foi subscrito por 17 instituições (TCU, ATRICOM, AMPCON, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Conselho Nacional de Justiça, Ministério Público Federal, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Ministério da Previdência Social, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União, Tribunal Superior, Associação Brasileira das Agências de Comunicação e Banco Central do Brasil, todos com o compromisso de propiciar maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública, maximizar os resultados institucionais e contribuir para a melhoria da administração pública por meio de ações de fiscalização e controle, formação de parcerias estratégicas, ações conjuntas e trocas de informações, na busca de maximizar o combate à corrupção e aperfeiçoar o controle da gestão dos recursos públicos federais, estaduais e municipais.

E foi assim que surgiram, em seguida, redes de controle em todos os estados da federação, sob diversos títulos:

Rede de Controle, FOCCO, MARCCO, ARCCO etc., todas imbuídas do mesmo propósito, qual seja, incrementar o combate cooperativo contra a corrupção e estimular o controle social.

Foi nessa direção que a Rede de Controle do MA, com disposição peculiar, se embrenhou, tornando-se um centro decisório interorganizacional que visa aprimorar a efetividade da função de controle do Estado sobre a gestão pública. O principal objetivo da Rede de Controle do MA é desenvolver ações direcionadas à fiscalização da gestão pública, à orientação dos gestores, ao diagnóstico e combate à corrupção, ao incentivo e fortalecimento do controle social, ao compartilhamento de informações e documentos, ao intercâmbio de experiências e à capacitação dos seus quadros.

Sob a égide do esforço integrado de seus membros, a Rede de Controle do MA implementou diversas ações desde sua criação, as quais destacamos a seguir, firmando o propósito basilar de nossa Rede que são as ações conjuntas dos órgãos de informação e controle na busca de aprimorar o controle sobre a qualidade do gasto público, controlar a corrupção e estimular a cidadania pelo exercício pleno do controle social.

A mais recente ação da Rede se consubstancia num projeto nacional denominado ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO A FRAUDE E A CORRUPÇÃO, na qual se pretende, por meio das redes de controle estaduais espalhadas por todo o Brasil, traçar um diagnóstico atualizado dos riscos e fragilidades perante as ameaças de atos corruptivos que perpassam o dia-a-dia dos órgãos federais, estaduais e municipais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além das forças armadas. Feito o diagnóstico, previsto para estar concluído no final de 2020, as redes ofertarão ferramentas (plano de integridade, criação de controles internos, compliance etc.) e poderão ajudar os entes das três esferas a aprimorarem suas defesas contra a corrupção.

Numa ação que não tem data para acabar, as redes permanecerão ao dispor da sociedade brasileira para lutar pela melhoria nas condições de vida dos brasileiros, e manter viva a esperança num futuro com menos corrupção e políticas públicas mais efetivas.

A seguir, permitam-me relacionar quais as principais ações da Rede de Controle da Gestão Pública do Maranhão, desde sua criação:

#### **A) Audiências Públicas de Controle Social e Cidadania**

Reafirmando a importância do diálogo com as comunidades, a Rede de Controle tem realizado uma série de ações nos municípios maranhenses, dentre as quais se destacam as Audiências Públicas de Controle Social e Cidadania, cujo lançamento do projeto deu-se em 2012, no município de São Mateus-MA, e foram intensificadas a partir de 2013, sempre na busca de uma maior aproximação dos órgãos parceiros com a sociedade, para o aprimoramento do controle social.

O lançamento do projeto foi realizado em maio de 2012, na audiência pública realizada no município de São

Mateus, que contou com a presença de representantes dos órgãos da Rede, que explanaram sobre os meios de enfrentamento à corrupção, análise de prestações de contas, mecanismos de transparência e acesso às informações públicas, ferramentas de controle social, educação fiscal e cidadania, dentre outros.

Essas palestras/oficinas têm como finalidade estimular o controle social por meio da transmissão de informações aos participantes de forma a habilitá-los para o acompanhamento em detalhes das ações dos poderes públicos. Ou seja, a formação dos auditores sociais, que nada mais são que cidadãos conscientes e preparados para também fazerem o controle da gestão pública. Outro objetivo é gerar aproximação ainda maior entre a sociedade maranhense e os órgãos responsáveis pelo controle externo.

Os auditores sociais atuam monitorando a aplicação dos recursos e fiscalizando as prestações de contas municipais. Como protagonistas do controle social, esses agentes contribuem inibindo atos de improbidade que, além de causarem prejuízos ao erário e danos à administração, provocam a atividade jurisdicional e os consequentes custos de uma relação jurídico-processual.

Ao fortalecer os mecanismos de controle da Gestão Pública, as audiências tornam-se nascedouros sociais de resistência à corrupção, conferindo aos cidadãos a possibilidade de auxiliarem no acompanhamento das ações governamentais. A relevância do controle social nos municípios advém do vínculo domiciliar dos auditores sociais, cidadãos residentes nas cidades e que podem verificar, no seu dia a dia, a adequada aplicação dos recursos financeiros angariados por meio dos impostos pagos pela coletividade.

A adoção dessa nova proposta de co-fiscalização dos gastos e investimentos públicos, que privilegia a participação ativa da sociedade, desencadeou o rompimento com o excesso de formalismo e distanciamento que estigmatizava as atividades dos órgãos de controle.

Mais de 54 de municípios pólo já foram alcançados, com número superior a 6.500 cidadãos capacitados a atuarem em prol do controle social, instrumentalizando-os para serem verdadeiros “auditores sociais”, contando com a participação dos parceiros TCU, CGU, MPMA, TCE, STC, Sefaz/MA, TRE.

A Rede do MA inscreveu a prática no Prêmio INNOVARE 2019/2020.

## **B) Precatórios/Fundef**

Ação articulada que evitou que o dinheiro dos precatórios do FUNDEF tivesse destinação diversa da educação. Houve decisões paradigmáticas no STF, no STJ e no TCU reconhecendo as teses levantadas pela Rede, de que os recursos devem ser aplicados exclusivamente na educação, estando vedados, em especial, pagamentos de honorários advocatícios e a

subvinculação. No Brasil inteiro a ação envolve cerca de 100 bilhões de reais. No Maranhão, cerca de 8 bilhões. No âmbito do TCU, está em curso uma FOC envolvendo 13 estados e TCEs/TCMs, para verificar se os recursos dos precatórios do Fundef foram utilizados exclusivamente para a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, bem como se foi observada a vedação a pagamentos de honorários advocatícios com tais recursos, nos moldes preconizados no Acórdão 1824/2017-TCU-Plenário.

## **C) Transporte Escolar**

É notório o fato de ainda haver precariedade na realização do transporte escolar em muitos municípios brasileiros, em especial naqueles de menores índices de desenvolvimento humano (IDH). Desde 2014, a Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão, com a participação da Secex-MA a partir de 2015, seleciona e fiscaliza a qualidade do transporte escolar em municípios selecionados. Nessa esteira, está em curso uma fiscalização de orientação centralizada, sob a coordenação da Secex-MA e Secex-CE e que busca como resultados, a melhora da qualidade do transporte escolar, a redução de acidentes e a sistemática realização de vistorias dos veículos utilizados por parte do DETRAN, além do georeferenciamento de rotas e elaboração de proposta de norma que crie ferramentas de fiscalização por parte dos órgãos de controle.

Em todas as ações do Programa de Fiscalização de Entes Federativos, a CGU acompanha a aplicação dos recursos aplicados em ações de transporte escolar, as quais envolvem contratos de grande vulto. As irregularidades encontradas pelos órgãos de auditoria dão suporte às ações do Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, visando a correção das irregularidades encontradas (veículos inadequados para o transporte de alunos), a reposição ao erário dos recursos desviados e a responsabilização dos agentes envolvidos.

## **D) Serviços Emergenciais de Saúde**

A existência de graves problemas nos dois principais hospitais de urgência e emergência de São Luís foi detectada em Levantamento realizado em 2013 (TC 020.750/2013-7). Em razão disso, havia a necessidade de verificar se tais problemas tinham sido adequadamente enfrentados pela administração municipal desde então. Verificou-se, ainda, a existência de quantidade elevada de pacientes internados

**“ Em todas as ações do Programa de Fiscalização de Entes Federativos, a CGU acompanha a aplicação dos recursos aplicados em ações de transporte escolar, as quais envolvem contratos de grande vulto.”**

**“Da mesma forma como aconteceu no final do ano, alguns municípios marcaram licitações no período carnavalesco (segunda-feira de carnaval e quarta-feira de cinzas), o que novamente prejudicaria a ampla concorrência.**



em macas, colchões e até em cadeiras nos corredores do Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão I) e do Hospital de Urgência e Emergência Dr. Clementino Moura (Socorrão II), ambos sob a gestão da Prefeitura Municipal de São Luís/MA. Outros problemas incluíam deficiências no abastecimento de medicamentos e outros insumos no Socorrão II e a ausência de adequada regulação dos serviços hospitalares.

Desta forma, foi conduzida fiscalização conjunta para verificar a qualidade da prestação de serviços emergenciais de saúde prestados pela Prefeitura de São Luís/MA, por meio dos Hospitais Djalma Marques (Socorrão I) e Dr. Clementino Moura (Socorrão II), podendo estender-se a outros órgãos e entes que tenham executado ações atinentes a serviços de natureza emergencial de Saúde.

#### **E) Segurança Hídrica**

As fontes de água doce vêm sofrendo um processo intenso de degradação, pela construção de hidrovias, pela urbanização acelerada, pelo uso intensivo das águas superficiais e subterrâneas na agricultura e na indústria, gerando deposição de resíduos sólidos e líquidos em rios, lagos e represas, desmatamento e ocupação de bacias hidrográficas e consequente crises de abastecimento e na qualidade das águas.

Segundo a ONU, o Brasil teria 12% das reservas mundiais de água potável (28% das reservas das Américas), com o maior rio do mundo - o Amazonas - e o maior reservatório de água subterrânea do planeta - o Sistema Aquífero Guarani. O Maranhão possui cerca de 40% da água potável do Nordeste.

Com esse viés, conduziu-se uma auditoria para fiscalizar a eficiência e a eficácia na aplicação de recursos públicos feitas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba e pela Fundação Nacional de Saúde, para a universalização do uso de água doce e tratamento de águas residuais (saneamento) nas bacias hidrográficas dentro das quais se organiza o Estado do Maranhão, em alinhamento ao ODS-6 – Água Potável e Saneamento.

#### **F) Licitações de Final de Ano**

No final do ano de 2018, foram identificadas várias licitações, na modalidade pregão presencial, que seriam

realizadas em 24 e 31 de dezembro. Por meio de ação conjunta dos parceiros, com obtenção de decisões administrativas e de cautelares judiciais, evitou-se potencial prejuízo às administrações municipais, tendo em vista se tratarem de datas que antecedem importantes feriados, o que poderiam prejudicar a ampla concorrência entre os participantes e ocasionar a contratação a preços desvantajosos para a administração.

#### **G) Licitações de Carnaval**

Da mesma forma como aconteceu no final do ano, alguns municípios marcaram licitações no período carnavalesco (segunda-feira de carnaval e quarta-feira de cinzas), o que novamente prejudicaria a ampla concorrência e tinha o potencial de causar prejuízo ao erário com contratações desvantajosas. A atuação administrativa da Rede possibilitou a suspensão administrativas de todas as licitações identificadas.

#### **H) A Cidade Não Pode Parar (Repatriação de Recursos)**

Esta ação da Rede objetivou a transparência na transição municipal para evitar o desmantelamento dos municípios no final da gestão, bem como evitar que grandes quantias, oriundas da repatriação fossem depositadas nos últimos dias da gestão municipal.

Resultados: bloqueio de mais de 30 milhões de reais das contas municipais, garantindo tranquilidade para as novas gestões; decisão do TCU determinando que os repasses poderiam ser depositados pelo BB em dez/2016, mas somente poderiam ser movimentados a partir de 2/1/2017, ou seja, sob a responsabilidade das novas gestões que seriam empossadas nos municípios do MA, e mediante autorização legislativa (câmaras municipais).

#### **I) Operações Especiais**

Órgãos da Rede envolvidos: Polícia Federal, CGU, MPF, Polícia Civil e MPE/GAECO

Foram muitas operações especiais de combate ao desvio de recursos públicos deflagradas desde a criação da Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão, dentre as últimas deflagrações destaca-se a Operação Sermão aos Peixes (com suas várias fases) e a Operação COOPERARI.

#### **J) Aprovação de Leis e Emendas Constitucionais**

Mediante atuação da Rede, foram aprovadas duas Emendas à Constituição: uma que versa sobre a transparência na transição municipal e outra que versa sobre a retirada de nomes de pessoas vivas de prédios públicos. Há uma terceira, sob apreciação do Governador, que versa sobre a necessidade de publicação das leis municipais no portal da transparência e no diário oficial. Também foram aprovadas mais de 25 leis municipais versando sobre a transparência na transição municipal.

#### **K) Com Salários Atrasados Não Tem Festa Boa**

Ação do MPE e MP de Contas objetivando que os municípios que estivessem com salários do funcionalismo em atraso ficassem proibidos de realizar eventos festivos.

Às vésperas do carnaval 59 municípios estavam nessa situação. O MPE e MP de Contas representaram ao TCE que editou Instrução Normativa. O Governo do estado editou portaria vedando a realização de convênio com quem estivesse em atraso.

#### **L) Cidadão Consciente – Gestão Transparente**

Ação conjunta entre o MPE e o TCE que tem como objetivo combater os acúmulos indevidos de cargos e a existência dos famigerados “funcionários fantasmas”. O projeto nasceu em 2017 com as Promotorias de Defesa da probidade de Açailândia e Imperatriz, que efetuaram o cruzamento das folhas de pagamentos dos 14 municípios que integram a região tocantina. Posteriormente, com auxílio técnico do TCU, o TCE desenvolveu sistema que permite fazer o cruzamento em tempo real das folhas dos 217 municípios maranhenses e a folha do Estado do Maranhão. No último levantamento, primeiro semestre de 2019, foram detectados mais de 35.000 vínculos suspeitos. A ação trabalha com a perspectiva de preservar aos cofres públicos o montante aproximado de 300 milhões de reais. Somente o município de Imperatriz/MA economizará no ano de 2019 mais de 5 milhões de reais.

#### **M) Avaliação Dos Portais Da Transparência**

No dia 20 de novembro de 2015, a CGU apresentou o resultado da segunda edição da EBT 2.0. A pesquisa analisou a situação de 1.613 entes federativos. Entre eles, estavam todos os estados e suas respectivas capitais, os entes já avaliados na primeira edição da Escala, além de novos municípios selecionados por meio de amostra probabilística definida por sorteio eletrônico. Vale destacar que, do total de municípios desta edição, 105 demonstraram interesse voluntário para serem avaliados pela Controladoria. No Maranhão, a CGU avaliou 65 municípios e os outros órgãos da Rede de Controle (Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado) os demais (152) utilizando-se dos mesmos parâmetros. A coleta de dados foi coordenada pela CGU e o levantamento de informações contou ainda com a participação de auditores do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e do Ministério Público Estadual. O trabalho minucioso aferiu a aderência aos artigos 48, 48-A e 73-B da LRF, e constatou que 180 municípios, ou 82% do total, não cumpriam os requisitos previstos e não alimentavam os seus portais da transparência na forma da legislação. Os levantamentos realizados para testar a transparência passiva, revelaram que apenas três cidades do Estado do Maranhão regulamentaram o direito de acesso à informação, o que perfaz apenas 1,38% dos municípios, conforme revelou a Nota Técnica nº 15, de 07 de janeiro de 2016. Frize-se que os dados da EBT 2.0 foram coletados nos meses de outubro a dezembro de 2015 e consistiram em duas etapas: consultas aos portais da transparência e envio de pedidos de acesso à informação aos Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC's), respectivamente. Os resultados apontaram que apenas 37 municípios, ou 17,05% do total, cumpriam os

requisitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e alimentam os seus portais da transparência na forma da legislação vigente. Por seu turno, não obedeciam à Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009) 180 municípios, o que totalizava 82,95% do total do Estado do Maranhão, apontou o estudo. Além da falha na alimentação dos portais pela maioria dos municípios, 67 cidades do Maranhão (30,88%) sequer possuíam sítio eletrônico. Atualmente a análise dos portais é feita pelo Ministério Público Estadual, através do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Probidade e pelo Tribunal de Contas do Estado.

#### **N) Comemorações do Dia Internacional Contra a Corrupção /Eventos Esportivos**

Desde 2010, a Rede de controle celebra anualmente o Dia Internacional Contra a Corrupção no dia 09 de dezembro. A data foi escolhida em convenção internacional na cidade de Mérida (México) e é lembrada em todos os países. No Maranhão, a programação foi variada:

- 2010 - Mobilização popular na Praça Deodoro com show artístico;
- 2011 - Mobilização popular na Praça Deodoro com show artístico;
- 2012 - Corrida em parceria com o SESC;
- 2013 - Lançamento de um selo comemorativo nos Correios e mobilização popular na Praça Deodoro com show artístico;
- 2014 - Palestra no TCE-MA e mobilização popular na Praça Deodoro com show artístico;
- 2015 - I Seminário Municipal de Transparência e Combate à Corrupção e mobilização popular na Praça Deodoro com show artístico;
- 2016 - Mobilização popular na Praça Deodoro com show artístico;

**“Os levantamentos realizados para testar a transparência passiva, revelaram que apenas três cidades do Estado do Maranhão regulamentaram o direito de acesso à informação, o que perfaz apenas 1,38% dos municípios, conforme revelou a Nota Técnica nº 15”.**



- 2017 - Corrida contra a corrupção na Av. Litorânea, com mais de 500 participantes; e,
- 2018 - Passeio ciclístico;
- 2019 - Evento com a FAENE junto aos universitários - 1º Ciclo de Debates Acadêmicos Contra a Corrupção (11/11/2019); (28/11/2019);
- 2019 - Premiação de alunos vencedores de Concurso de Desenho e Redação da CGU (São José de Ribamar - 3/12/2019; e Presidente Dutra - 6/12/2019);
- 2019 - Caminhada Contra a Corrupção (8/12/2019) no Parque do Rangedor.

#### O) Recomendações

Foram expedidas recomendações conjuntas a todos os prefeitos municipais versando sobre a necessidade de criação das procuradorias municipais e do controle interno.

#### Q) Premiações

O Projeto “O DINHEIRO DO FUNDEF É DA EDUCAÇÃO” ficou em primeiro lugar no Prêmio CNMP 2018, na categoria Redução da Corrupção. Também recebeu premiação da Associação Nacional do Ministério Público de Contas. O Projeto “A CIDADE NÃO PODE PARAR” ficou em primeiro lugar no prêmio CNMP 2019, na categoria Redução da Corrupção, e o projeto “Cidadão Consciente: gestão transparente” ficou em segundo lugar.

E assim, meus amigos e amigas, a Rede de Controle do MA continuará a semear a esperança de que dias melhores sempre virão, orientando a população sobre a necessidade criarmos consciência de que nós, cidadãos que moramos nas cidades, somos os melhores fiscais.

Nós temos que ser a linha de frente contra os malfeitos, exercendo o poder que o controle social disponibiliza e acionando a sociedade civil organizada, as assembleias legislativas, câmaras de vereadores, promotores das comarcas e órgãos de controle para que cumpram sua missão de fiscalizar tempestiva, e de preferência, proativamente a boa e regular aplicação dos recursos públicos. @p



# Realinhando o IEGM

AUDITORES envolvidos na apuração dos dados do IEGM são entusiastas das mudanças na metodologia, que para eles torna o trabalho ainda mais efetivo



TCE ajusta metodologia de validação e planeja capacitação que deverá tornar ferramenta mais efetiva para a gestão municipal e para o controle social

**P**ara o TCE maranhense, 2019 foi um ano de reavaliação do calendário e da metodologia de validação do Índice de Efetividade da Gestão Pública Municipal (IEGM). Até então o único que fazia a validação das informações presencialmente em todos os municípios, o TCE optou neste ano por visitar 120 cidades maranhenses para fins da validação dos questionários.

Em tempos de austeridade, a medida atendeu à necessidade de racionalização de recursos e esforços, permitindo ao TCE economizar em gastos com diárias e deslocamento de veículos. Estudos prévios demonstraram que a validação desse número de municípios teria o mesmo efeito que a validação feita nos 217 municípios do estado.

Segundo a nova metodologia, os municípios não visitados neste ano já entram de forma automática na lista da validação in loco do ano seguinte, permitindo ao Tribunal manter um calendário de visitas permanentes aos municípios de todas as regiões do estado, o que traz evidentes vantagens do ponto de vista da dimensão pedagógica da atuação do órgão.

Em todo caso, existe um “núcleo duro”, integrado pelos municípios que mais apresentam problemas no cumprimento de suas obrigações com a corte de contas. Estes terão as informações validadas todos os anos, independentes do rodízio. São os frequentadores habituais da matriz de risco do TCE.



# Perfil Gerencial

A expectativa do órgão é que a nova sistemática possibilite também um aumento da qualidade da validação, já que com um número menor de municípios a corrida contra o tempo também diminuirá, permitindo maior interação com os setores da administração pública envolvidos na validação. “Ainda estamos definindo isso, mas a tendência é que as equipes passem mais tempo no município do que até agora, o que terá um efeito pedagógico bem maior”, explica o auditor Fábio Alex Melo, coordenador dos trabalhos relativos ao IEGM.

Da parte dos gestores, a medida deverá ser recebida com entusiasmo, a julgar pelo empenho crescente em encarar a ferramenta como uma oportunidade concreta de promover melhorias na gestão. O TCE tem percebido essa mudança de perspectiva na preocupação com a qualidade das respostas aos questionários, para além de uma mera obrigação formal. “O ideal é que os próprios responsáveis pelas pastas assumam essa tarefa, na maioria dos casos ainda delegada à área contábil da prefeitura”, explica Alex.

“Como o Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM possibilita medir a qualidade dos gastos e avaliar as políticas públicas do gestor, torna-se uma grande ferramenta para as gestões municipais, auxiliando na tomada de medidas que corrijam ações que não alcançam resultados esperados e maximizando aspectos positivos, além de garantindo a prestação de mais e melhores serviços públicos”, observa o coordenador técnico e diretor da Escola de Gestão da Famem, Marcelo Freitas.

“O IEGM permite uma avaliação até mais completa que o IDH, porque abrange um número bem maior de dimensões. Temos aproveitado a validação para chamar atenção tanto do parlamento municipal quanto dos gestores e responsáveis pelas políticas públicas para a oportunidade que essa ferramenta oferece de dar um salto em termos de efetividade da gestão”, lembra o auditor Antônio Ribeiro Neto, integrante das equipes envolvidas no trabalho de validação.

Para melhorar ainda mais esse envolvimento dos responsáveis diretos pelas políticas abrangidas pela pesquisa, diz o auditor, o TCE também planeja promover capacitações destinadas aos gestores voltadas especificamente para o preenchimento dos questionários. Esse cuidado é fundamental, uma vez que o IEGM permite avaliar não apenas a efetividade mas também o indicador do esforço do gestor para que aquela política pública surta os efeitos esperados. “Isso é analisado de forma bem precisa, daí a importância do envolvimento direto dos gestores”, explica. **@p**



**N**o contexto de reavaliação da metodologia do IEGM, o TCE montou pela primeira vez uma equipe com a função de “ranquear” os municípios. A evolução dos municípios ao longo dos três anos de aplicação do Índice será mapeada por meio de um relatório. Graças a isso, será possível saber onde os municípios avançaram ou recuaram nas cinco dimensões auditadas. “Isso é fundamental porque vai permitir ao Tribunal uma atitude propositiva, o que elevará o efeito prático do IEGM”, explica o auditor

Até o final de dezembro deverá ser divulgado o relatório gerencial mostrando comparativo das três análises. Mas não precisa esperar por isso quem deseja se apropriar do valioso conjunto de dados sobre gestão pública municipal representado pelo IEGM. Para isso basta acessar a página do TCE na internet e clicar no portal “Cidadão no Controle”. “Os dados do IEGM contribuem para que os Tribunais de Contas sejam os principais depositários de informações sobre gestão pública do país. Eles estão à disposição tanto da sociedade civil, para o exercício do controle social, como da academia e órgãos de pesquisa e formulação de políticas”, lembra o auditor. **@p**

# Parceria no controle

Monitoramento revela aumento de remessa de dados para o Sistema de Auditoria Eletrônica. Sucesso fortalece a relação colaborativa que vem sendo desenvolvida entre o órgão e seus fiscalizados em relação à otimização do sistema



**A**tendendo a solicitação do Comitê Gestor do Sistema de Auditoria Eletrônica (SAE), o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) alterou a sistemática de remessa de dados para o sistema. Com a medida, os dados passam a ser encaminhados por meio de três remessas. A primeira, relativa ao primeiro quadrimestre do ano (janeiro, fevereiro, março e abril) será feita até o dia 30 de novembro. A segunda, relativa aos meses de maio até agosto, será feita até o dia 31 de dezembro, ficando a remessa do último quadrimestre para 31 de janeiro do ano seguinte.

O objetivo é aumentar a margem de segurança para prefeituras e câmaras em relação ao envio dos dados. Após a implantação em 2017/2018 da importação de dados de execução orçamentária, o TCE implementou, neste ano, nova sistemática de importação, que consiste na consolidação dos fatos contábeis às peças de planejamento, como Plano Plurianual, Lei Orçamentária e Cronograma de De-

sempolho. Tal medida impacta no número de verificações a serem feitas no momento da importação, o que demanda bastante cuidado das prefeituras e câmaras no ato do envio. A remessa em três etapas, portanto, surge como uma forma de compensação desse impacto.

A medida fortalece a relação colaborativa que vem sendo desenvolvida entre o órgão e seus fiscalizados em relação à otimização do SAE, sistema que permitiu ao TCE maranhense ingressar na era da fiscalização concomitante, ou seja, aquela que acompanha os gastos públicos no momento em que são realizados.

Foi esse ambiente de colaboração que impulsionou a criação do Módulo Importação, desenvolvido pelo TCE em atendimento a demandas de seus fiscalizados, por meio de sua área contábil. O módulo possibilita que a remessa de dados da execução orçamentária dos poderes e órgãos municipais seja feita por meio de arquivos. Até então, os dados

só podiam ser enviados por meio de inserção manual das informações no sistema. Na visão dos contadores, essa ferramenta facilita a utilização do SAE, eliminando o retrabalho de lançar novamente no sistema do TCE os dados que já estão nos sistemas informatizados dos municípios.

“Apesar de positiva, a integração dos sistemas informatizados dos municípios com o SAE não tem sido uma tarefa fácil, devido às divergências de tratamento dado ao registro das informações contábeis, orçamentárias e financeiras nos sistemas informatizados dos municípios”, explica a auditora Helvilane Araújo. Ela lembra que, de início, a área de TI juntamente com desenvolvedores de sistemas e contadores municipais, buscou solucionar os principais problemas encontrados, ora com alterações no SAE, ora com correções nos sistemas dos municípios.

Os primeiros testes realizados resultaram na recepção das remessas dos seguintes poderes e órgãos:

Fundo Municipal de Capacitação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos da Prefeitura de São Luís; Câmaras de Penalva e de Lima Campos, além das prefeituras de

Davinópolis e de Ribamar Fiquene. “Essas parcerias garantiram melhorias expressivas no sistema, possibilitando que Fundos, Autarquias e Câmaras possam encaminhar suas remessas independentemente das remessas das prefeituras”, explica o superintendente de TI, Giordano Mochel.

Por outro lado, explica o auditor, foi possível catalogar os erros mais comuns cometidos pelos fiscalizados, possibilitando o desenvolvimento de um manual com orientações visando evitá-los. Além disso, foram realizadas oito capacitações para contadores e técnicos dos municípios, repassando orientações e solucionando dúvidas sobre o sistema.

**AUMENTO DAS REMESSAS** - O Mural do SAE - Importação, disponível em: [http://www6.tce.ma.gov.br/sae\\_importacao/muralGeral.zul](http://www6.tce.ma.gov.br/sae_importacao/muralGeral.zul), mostra que as remessas aumentaram no último mês. Na consulta realizada em 08/10/19, o sistema evidenciou 172 remessas, do total de 42 prefeituras, câmaras e fundos. As remessas diárias aumentaram para 1648, de um total de 354 prefeituras, câmaras, fundos e autarquias. O quadro abaixo indica as remessas bem-sucedidas:

SITUAÇÃO ATUAL DE REMESSAS COM SUCESSO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2019													
Órgãos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Prefeituras	6	3	3	3	2	2	2	1	-	-	-	-	22
Câmaras	50	41	39	37	24	23	21	18	11	2	-	-	266
Fundos	78	60	55	52	20	19	16	10	2	1	-	-	313
Autarquias	5	5	4	4	0	0	0	-	-	-	-	-	18
<b>Total</b>	<b>139</b>	<b>109</b>	<b>101</b>	<b>96</b>	<b>46</b>	<b>44</b>	<b>39</b>	<b>29</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>619</b>

Fonte: consulta realizada no site do TCE-MA, Mural Importação, em 12/11/19, disponível em [http://www.tce.ma.gov.br/sae\\_importacao/muralGeral.zul](http://www.tce.ma.gov.br/sae_importacao/muralGeral.zul)

O Tribunal, por meio do monitoramento realizado pela Sutec e Sucex-3/UtceX-1, tem acompanhado a utilização do sistema, identificando o fiscalizado que está buscando cumprir com suas obrigações, fazendo a inserção de dados no módulo planejamento e funcionalidades de cadastro e apoio da execução orçamentária necessária para a remessa da execução orçamentária mensal. O último levantamento revelou os seguintes quantitativos de entes por funcionalidade:

SITUAÇÃO ATUAL DA REMESSA - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2019		
Funcionalidades	Entes com tendência ao cumprimento	Entes com tendência ao descumprimento
Previsão da Receita	171	46
Fixação da Despesa	168	49
Programação Financeira	132	85
Liberação de Cotas	127	90
Incorporação de Saldos (concluídos/iniciaram)	123	94
Execução Orçamentária (tentativas)	72	145
<b>Total</b>		<b>598</b>

Fonte: consulta realizada no SAE - Módulo Importação

A coluna Entes com tendência ao cumprimento mostra as prefeituras que já inseriram as informações da Previsão da Receita e Fixação da Despesa, que fizeram a Programação Financeira e Liberação de Cotas. Na incorporação de Saldos e Execução Orçamentária constam aquelas que já concluíram o procedimento, iniciaram ou estão fazendo tentativas.

Os Entes com tendência ao descumprimento ainda não se manifestaram em relação a nenhum desses itens. Dessa forma, 46 prefeituras ainda não fizeram a Previsão da Receita e 49 ainda não fizeram a Fixação da Despesa, duas funcionalidades simples, que fazem parte do Módulo Pla-

nejamento. “É importante lembrar que as câmaras só podem encaminhar suas remessas após a liberação de cotas por parte das Prefeituras. O atraso dessa funcionalidade prejudica o cumprimento do prazo pela Câmara”, destaca Helvilane Araújo.

Nesse sentido, convém alertar que o sistema está pronto, as equipes da Sucex-3 e Sutech estão trabalhando em regime de plantão e respondendo aos e-mails e telefones.

O sistema está sendo monitorando todos os dias, buscando a correção dos erros e o aprimoramento no sistema de transmissão, o Gráfico abaixo demonstra a utilização do sistema em seis dias.

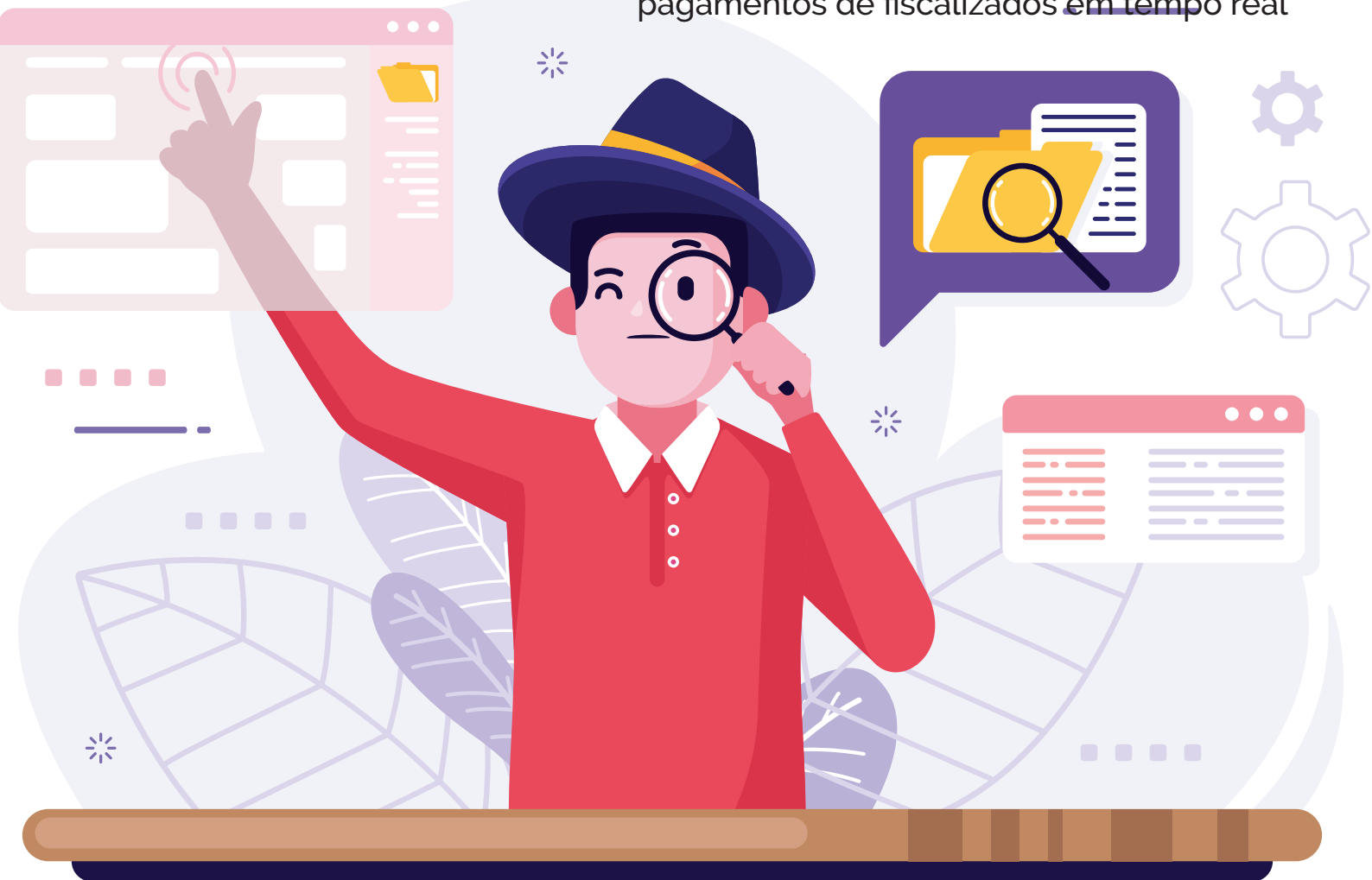


A auditora lembra que o principal objetivo do SAE é receber as informações em tempo hábil, formando um banco de dados que permita o TCE/MA aprimorar suas fiscalizações em todas as dimensões estabelecidas na Constituição - Orçamentária, Financeira, Contábil, Patrimonial e Operacional. “Além disso, o SAE contribui para intensificar as orientações ao fiscalizado e melhorar a qualidade da informação repassada à sociedade”. @p



# Vínculo legal

TCE adota medidas de combate ao acúmulo indevido de cargos públicos e passa a acompanhar folha de pagamentos de fiscalizados em tempo real



O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) está desenvolvendo um amplo trabalho de combate aos vínculos indevidos com a administração pública.

No cenário atual, em que os gastos com Folha de Pessoal representam uma das maiores despesas dos estados e municípios brasileiros, comprometendo o desenvolvimento das políticas públicas e os serviços prestados à sociedade, o TCE decidiu identificar a quantidade e a natureza dos vínculos funcionais dos servidores de todos os seus fiscalizados.

A medida tem, entre outras finalidades, o objetivo de traçar um diagnóstico preciso sobre os vínculos com as administrações municipais e a estadual, permitindo tanto ao órgão de controle quanto aos gestores, adotar medidas de adequação aos padrões previstos na legislação vigente, evitar o desperdício de recursos públicos e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

O ponto de partida desse trabalho foi a realização do Censo do Servidor Público Estadual (Cesma), que identificou a realidade funcional de todos os órgãos públicos estaduais, câmaras municipais e prefeituras.

As informações coletadas pelo Cesma formaram um banco de dados consolidado sobre folha de pagamento de ativos e inativos da administração pública, criando uma ferramenta de controle para o TCE e para todos os níveis da administração pública.

Com base nesse banco de dados, será possível gerenciar informações sobre gestão fiscal, limites de despesas de pessoal, acumulação de cargos e remunerações indevidas.

Outro avanço decorrente dessa atividade foi o acompanhamento em tempo real pelo TCE da folha de pagamento de todo o Estado, importante medida de controle e transparência, que entrou em vigor com o advento da Instrução Normativa nº 55, que disciplina o funcionamento do módu-

lo Folha de Pagamento do Sistema de Acompanhamento dos Atos de Pessoal (SAAP).

O Módulo Folha de Pagamento foi desenvolvido pela Superintendência de Tecnologia da Informação (Sutec) com apoio da Supervisão de Controle Externo 07, ligada à Unidade Técnica que analisa as prestações de contas de atos de pessoal.

O sistema permite que o TCE receba todas as informações da folha de pagamento com apenas 30 dias de intervalo a partir do empenho, acompanhando e propondo ações corretivas no menor prazo possível, fazendo o controle concomitante dessa despesa pública.

Como parte do processo de implantação do Módulo Folha de Pagamento, o TCE realizou diversos treinamentos destinados a capacitar servidores estaduais e municipais que atuam nas áreas responsáveis pela gestão dos recursos humanos.

O objetivo foi habilitar os participantes a utilizar com eficiência todas as funcionalidades do sistema para apurar e prevenir irregularidades na execução de pagamentos de despesas de pessoal, de forma a adotar as medidas necessárias para adequar os vínculos ao que determina a legislação em vigor.

Bruno Polary, superintendente de administração da Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente (SEMCAS), participou de um dos treinamentos promovidos pelo TCE. De acordo com Polary, cento e oitenta e um servidores da SEMCAS foram notificados sobre os vínculos que possuem com a administração pública.

Polary afirmou que os servidores da SEMCAS que receberam notificações apresentaram, dentro do prazo, suas justificativas de defesa à Secretaria Municipal de Administração (SEMAD). A próxima etapa envolverá a avaliação pelo TCE das justificativas dos servidores.

O superintendente da SEMCAS ressaltou a importância do combate às acumulações indevidas realizado pelo TCE. "É de fundamental importância esse trabalho, bem como as orientações dadas pelo TCE à SEMCAS e à Prefeitura de São Luís. Esse é um trabalho que nos orienta para que adotemos as providências de regularização

# O acúmulo ilegal de cargos públicos



Realização do Censo do Servidor Público Estadual (Cesma).



Identificação a realidade funcional de órgãos públicos, câmaras e prefeituras.



As informações coletadas pelo Cesma formaram um banco de dados.



A concentração de dados sobre folha de pagamento da administração pública, criou uma ferramenta de controle para o TCE.



Assim será possível gerenciar informações sobre gestão fiscal, limites de despesas de pessoal, acumulação de cargos e remunerações indevidas.



de algumas situações funcionais para que possamos atingir com eficiência o objetivo da SEMCAS de prestar serviços de qualidade aos nossos usuários e à sociedade”, disse Polary.

Para Bruno Polary a reunião técnica promovida pelo TCE trouxe contribuições significativas que permitirão atender às exigências relativas às próximas fases do trabalho com o Painel de Vínculos. “Essa reunião foi fundamental para elucidar dúvidas técnicas, desde o procedimento de notificação até o posicionamento dado a cada servidor. Essa etapa técnica foi muito bem organizada e importante para esclarecer as dúvidas de todos os participantes.”, afirmou Polary.

Lidinalva Silva de Sousa, servidora da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), setor de Direitos e Deveres, participou do treinamento promovido pelo TCE e ressaltou a importância das informações que foram transmitidas para a realização dos trabalhos e o esclarecimento dos servidores que fazem parte do órgão no qual ela trabalha. “As informações dos instrutores esclareceram muitas dúvidas sobre o Painel de Vínculos. Isso vai nos ajudar a orientar com segurança nossos servidores sobre a natureza dos vínculos que eles possuem com a administração pública. O treinamento foi importante também porque nos ajudará a cumprir as exigências do TCE em relação ao acúmulo de vínculos”, afirmou Lidinalva Sousa. @p

**“Os vínculos com a administração pública devem ser estabelecidos de acordo com a legislação vigente de forma a evitar lesão tanto ao Erário quanto aos usuários dos serviços públicos.”**

Fábio Alex de Melo

## Acumulação de Cargos

O acúmulo indevido de vínculos com a administração pública revela-se duplamente prejudicial à sociedade. Além do desperdício de recursos públicos com o pagamento de salários a quem não poderia recebê-los, verifica-se que o acúmulo indevido tem reflexos danosos na qualidade dos serviços prestados.

O servidor que acumula cargos públicos indevidamente dificilmente cumpre as jornadas laborais determinadas, faltando ao trabalho constantemente, não cumprindo horários ou atuando com negligência e descaso no cumprimento de suas funções. Os prejuízos aos usuários dos serviços públicos são evidentes.

Até o momento, o TCE identificou mais de 37 mil vínculos irregulares nas administrações públicas municipais e estadual. O instrumento utilizado para identificar esses casos foi a ferramenta Painel de Vínculos, que integra o Módulo Folha de Pagamento.

De acordo com o auditor Fábio Alex Rezende de Melo, secretário de Fiscalização do TCE e coordenador dos trabalhos de combate ao acúmulo indevido de vínculos, o número é significativo e exige ações por parte dos gestores para reverter esse quadro prejudicial à administração pública. “Os vínculos com a administração pública devem ser estabelecidos de acordo com a legislação vigente de forma a evitar lesão tanto ao Erário quanto aos usuários dos serviços públicos”, afirmou Fábio Alex.

Em relação aos acúmulos detectados, o TCE determinou aos órgãos públicos a imediata adoção das medidas necessárias à apuração da falta funcional e eventual improbidade administrativa dos servidores, com a finalidade de realizar os procedimentos cabíveis em cada situação, entre eles a opção de escolha por um cargo ou a eventual demissão e ressarcimento ao erário. @p



# Conhecendo o TCE: da teoria acadêmica à prática

**Antonio José Almeida Veras**

*Docente nos Cursos de Direito, Contábeis e Administração/ PITÁGORAS/MA; Especialista em Direito Público com Ênfase em Gestão Pública/DAMÁSIO/SP; Advogado e Contador Público; Presidente da Comissão Permanente de Prestação de Contas – CPPC/CGM da Prefeitura de São Luís  
antonioveras0975@gmail.com*



**B**uscando transformar a convivência acadêmica, tudo torna-se mais interessante quando experiencia-se na prática os conteúdos vividos em sala de aula. Os docentes estão cada vez mais questionadores e a docência passa a ser um campo vasto de conhecimento, podendo de fato ser transformador e impulsionador de uma consciência crítica das coisas. O desafio não é fácil mas torna-se fascinante quando conjugado com a capacidade de experimentar, de vivenciar tudo o que foi falado, discutido, aprendido. A prática educativa sempre proporcionará uma transformação do aluno e melhoramento da docência. As aulas tornam-se mais interativas e o interesse pelo aprendizado, muito maior. Tem sido assim a descoberta de tantos e tantos alunos que já vivenciaram a oportunidade de conhecer pessoalmente o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE/MA, seu papel institucional e quais serviços prestados à sociedade. Inauguramos tal Projeto “Conhecendo o TCE”, que indubitavelmente, inspirou-se já pelas várias visitas realizadas semestralmente pelos nossos alunos de Contábeis e Direito antes mesmo do projeto vir a ser efetivado nos moldes de como é hoje. Inspiração gera inspiração, assim, o Projeto “Conhecendo o TCE” é um instrumento de transformação para os alunos, pois descobrem na prática a importância e efetividade dos conhecimentos adquiridos na Academia, o interesse pelo controle social e o desejo de quem sabe, poder um dia, também fazer parte daquele Tribunal.

Palavras-chave: Docência; Prática Educativa; Transformação; Projeto “Conhecendo o TCE”.

O dinamismo, hoje, da informação, o avanço tecnológico e as redes sociais, trouxeram um novo conceito ao professor dentro de sua sala de aula, além do conhecimento científico, o mesmo deve buscar instigar nos alunos uma vivência daquilo que se aprende. Claro que tudo isso constitui uma troca de experiência fundamental e aponta em muitos momentos que o professor não corresponde por si só, o único detentor da informação.

Para fazer valer o processo aprendizagem, surge a necessidade de levar os alunos à prática. O contentamento pela descoberta de que a teoria não está tão distante assim da realidade, que tudo é bem mais esclarecedor e faz sentido na medida em que descobrimos fazendo. O Projeto

“Conhecendo o TCE”, nesse sentido, veio bem a calhar pois apresenta-se como uma ferramenta de descoberta e comprovação da teoria estudada em sala, a partir do momento em que esclarece aos alunos o que é e o que faz o Tribunal de Contas.

Ademais, surgem outros interesses, descobrem a importância do controle perante a coisa pública e a luta que se tem para a garantia de tais objetivos. A partir disso, passaram-se três anos de muita informação e conhecimento, semestralmente, turmas de Contábeis e Direito da Faculdade Pitágoras puderam conhecer o TCE e confirmar conteúdos, conceitos e rotinas, por vezes, abordadas em sala de aula.

Ouvi-se sempre que a docência é um sacerdócio, de fato, é inspirador poder não só passar conhecimentos e promover ciência como trabalhar vários outros aspectos nos alunos. A experiência trazida pela sala de aula sempre me encantou, vem de berço, filho de mãe professora, esposo de professora, não poderia ser diferente. Uma coisa sempre ficou muito marcado em minha trajetória, primeiro, a busca pela experiência necessária e são quase vinte anos trabalhando como Contador, mais recentemente, também como Advogado Público, para após todo esse período de aprendizado, poder transformar a vida de outras pessoas por meio da docência.

É claro que os desafios são grandiosos e há quem diga que a universidade pode estar fadada à morte pelo avanço tecnológico, escolas sem professores, principalmente na área de tecnologia, alunos que aprendem como autodidatas ou por meio de uma plataforma virtual, quando muito, sendo orientados apenas por tutores. Sobre esse ponto, Leandro Karnal<sup>1</sup> assim nos ensina:

**“Tem gente que fala que o saber está na internet, que a universidade morreu. O que acontece é que o ensino superior não morreu, mas está sendo desafiado”.**

Nesse ponto, Karnal, também reforça: “É preciso ter amor na educação”. Concordando ainda que é preciso estruturar o ensino por conta das novas gerações, sendo que muitos professores não estão sabendo como se conduzir nesse processo. Tal desafio para mim, portanto, foi motriz para crescer ainda mais esse amor pela docência e moti-

vação foi o que não faltou. Vários filmes também me serviram de inspiração, tais como: Escritores da Liberdade; Meu Mestre, Minha Vida; Ao Mestre, com Carinho; A Luta por um Ideal; Uma Lição de Vida; A Voz do Coração; Sociedade dos Poetas Mortos e Além da Sala de Aula. Nenhum deles, contudo, tão importante e impactante como “O Grande Desafio” com Denzel Washington, este, contudo, foi simplesmente transformador e sem dúvida, um marco para a minha decisão pela docência.

Assim sendo, com o afã de transpor os muros da Academia, diante da experiência profissional, lecionando na mesma área em que há tantos anos estou militando, surgiu em meados de 2017, com os nossos alunos de Contabilidade Pública, a ideia e o desejo de concluir o semestre letivo com uma experiência inovadora, poder descobrir para onde se encaminhava o resultado de todo o trabalho realizado pelo Contador Público quando do término do Exercício Financeiro, a Prestação de Contas, daí a fonte material para o “Conhecendo o TCE”.

Na sala de aula, aprende-se desde o Planejamento Orçamentário, passando pela execução contábil e vai-se aos efeitos do Controle Interno até a prestação de contas realizada ao Controle Externo, nesse caso, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE/MA. Foi dessa forma que comecei a levar as turmas de Contabilidade Pública e Orçamento Público, bem como, as de Direito Administrativo, estas, já a partir de 2018, para visitas que passaram a ser semestrais junto àquela Corte de Contas.

Com a continuidade dessas visitas ao TCE, foi-se percebendo o quanto os alunos se sentiam interessados em descobrir as variadas possibilidades existentes naquele Tribunal, conhecer as atividades desenvolvidas e como trabalham os técnicos em suas diversas áreas. Como não se motivar e quem sabe, se ver também em um futuro não tão distante, como um daqueles membros do Controle Externo, contribuindo da mesma forma para a melhoria do controle dos gastos públicos em prol de toda a sociedade.

Como já dito, inspiração gera inspiração, e foi assim que inauguramos o Projeto “Conhecendo o TCE”, concebido com os moldes da abertura do Tribunal à Comunidade Acadêmica e mesmo, à sociedade. Digo inauguramos porque foram por meio das nossas visitas e o apoio dos servidores, que sempre nos receberam de forma muito solícita, que se levou a primeira turma de alunos a visitar o TCE. Hoje, já podemos contar com mais de 200 (duzentos alunos) que puderam vivenciar esse projeto, motivo de grande satisfação na medi-

**Poder levar os alunos de Contábeis e Direito a compartilhar esses conhecimentos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, é abrir horizontes e expandir possibilidades.”**

da em que várias outras faculdades passaram a percorrer o mesmo trajeto.

Nessa perspectiva, fazer parte do Projeto “Conhecendo o TCE”, é também comungar do aprendizado constante. Como afirmou o Mestre Cortella<sup>5</sup>, que foi doutorando de Paulo Freire, quando interpelado sobre qual lição poderia lembrar seu Mestre, assim descreveu:

**“Ele tinha com total clareza que só é um bom ensinante quem for um bom aprendiz. Não abria mão dessa perspectiva.”**

Compartilhar, portanto, com os alunos a experiência da vivência na prática do que foi amplamente discutido em sala, despertando nos alunos o interesse pela coisa pública e motivando-os a buscarem ainda mais, favorecendo-os infinitas possibilidades, é sem dúvida, inebriar-se por ser um bom aprendiz.

O Projeto “Conhecendo o TCE”, pôde abrir as portas da Corte de Contas à sociedade acadêmica e coadunou com o conhecimento adquirido em sala de aula. A busca pela prática universitária deve transpor os limites do Campus Universitário e considerar todas as variáveis em que o aluno está inserido, aliando o ensino à vivência, a ciência à experiência, assim afirmou Pimenta (2003)<sup>6</sup>: “A prática educativa é um traço cultural compartilhado que tem relações com o que acontece em outros âmbitos da sociedade e de suas instituições.”

Poder levar os alunos de Contábeis e Direito a compartilhar esses conhecimentos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, é abrir horizontes e expandir possibilidades. Não é à toa que Aristóteles<sup>7</sup> assim nos ensinou: “É fazendo que se aprende a fazer aquilo que se deve fazer aprendendo”.

Que as experiências continuem e possamos contribuir ainda mais para o conhecimento e crescimento de tantos alunos nesse caminho belo do ensinar aprendendo, pois de todas as lições, fico a mais simples e singela delas, trazida por Cora Coralina<sup>8</sup>: “Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.”<sup>ep</sup>

## REFERÊNCIAS

1. Leandro Karnal: “a universidade ainda não foi superada”. Em entrevista à Ensino, Karnal reflete sobre formação de professores, os novos modelos de ensino e as crises da sociedade. MARINA KUZUYABU, 24 DE SETEMBRO DE 2019 <https://revistaensinosuperior.com.br/leandro-karnal-ensino/>

2. (Publicado em 26 Abril 2018, <http://site.tce.ma.gov.br/index.php/noticias-internet/2183-palestra-sobre-contabilidade-publica-marca-retomada-do-programa-conhecendo-o-tce>)

3. (Publicado em 09 Setembro 2019, <http://site.tce.ma.gov.br/index.php/noticias-internet/2715-pro>

grama-conhecendo-o-tce-recebe-estudantes-da-faculdade-pitagoras)

4. (Publicado em 17 Setembro 2018, <http://site.tce.ma.gov.br/index.php/noticias-internet/2726-alunos-da-faculdade-pitagoras-participam-do-projeto-conhecendo-o-tce>)

5. Sexta, 15 abril 2016 13:12 Cortella: “Professor tem de buscar a formação das famílias” Leandro Silva <https://www.cpp.org.br/informacao/entrevistas/item/9160-professor-tem-de-buscar-a-formacao-das-familias-diz-cortella>

6. PIMENTA, Selma Garrido; Anastasiou, Lea das Graças C. Docência no ensino superior. São Paulo: Cortez, 2003.

7. É fazendo que se aprende a fazer aquilo que se deve aprender a fazer. Aristóteles <https://www.pensador.com/frase/NjA2Ng/>

8. Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina. Cora Coralina

[https://www.pensador.com/cora\\_coralina\\_frases/](https://www.pensador.com/cora_coralina_frases/)



# Combate estratégico

Rede de Controle implementará no Maranhão ações da Estratégia Nacional de Prevenção à Fraude e à Corrupção

**A** Rede de Controle da Gestão Pública no Estado do Maranhão apresentou, no começo de outubro, na sede do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA), a estrutura e as ações que serão desenvolvidas no projeto “Estratégia Nacional de Prevenção à Fraude e à Corrupção”.

A iniciativa, de caráter nacional, tem como objetivo traçar um diagnóstico das suscetibilidades da administração pública brasileira às ações de corrupção e de fraude, com a finalidade de implementar medidas eficazes de combate a esses aspectos que comprometem o desenvolvimento socioeconômico do país.

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) estimam que os prejuízos causados ao Brasil pela corrupção e por fraudes estão na ordem de 200 bilhões de reais. Levantamento realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) afirma que o custo da corrupção cor-

responderia a 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB).

Por outro lado, a posição ocupada pelo Brasil na pesquisa que detectou a Percepção da Corrupção em 2018 era a de número 105, entre os 180 países que participaram. Nove posições abaixo da pesquisa realizada em 2017, o que revela piora no indicador.

A Estratégia Nacional de Prevenção à Fraude e à Corrupção pretende reverter esse quadro adverso por meio da integração de gestores, controle interno e controle externo nos três poderes e nas três esferas administrativas, participando de uma estratégia nacional para controlar a corrupção em resposta às demandas da sociedade por políticas públicas efetivas.

Os eixos que orientarão as ações que serão realizadas são defesas locais e regionais em perspectiva nacional; diagnósticos conjuntos e parceria para soluções; referência nacional para proteção do patrimônio e da credibilidade;

gestores, controladores e contadores como agentes da mudança; metodologia uniforme e protótipo já testado.

A meta é fazer com que as organizações públicas brasileiras alcancem níveis de suscetibilidade à fraude e à corrupção compatíveis com os das organizações públicas dos países mais desenvolvidos.

Esse novo patamar permitiria aperfeiçoar as estruturas de prevenção e combate a corrupção nos três poderes e nas três esferas; melhorar o perfil dos gestores públicos (formação, experiência e passado); obter dimensão real dos casos de fraude e corrupção detectados, investigados e corrigidos no Brasil, além de melhorar a prevenção continuamente, pela adoção de boas práticas e revisão dos sistemas de integridade.

A resultante de todo esse processo é a elevação da qualidade das políticas públicas nas áreas de educação, infraestrutura, justiça, saúde, segurança pública, sustentabilidade, além da melhoria de outros serviços sob

a responsabilidade do Estado.

Para o coordenador da Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão e secretário do TCU, Alexandre Walraven, a Estratégia Nacional de Prevenção à Fraude e à Corrupção tem o potencial de modificar práticas que afligem a administração pública brasileira e criar um ambiente favorável ao aprimoramento da gestão pública e ao desenvolvimento nacional. “O aspecto punitivo não é o primordial. O punitivo apenas tenta recuperar aquilo que foi desviado. No aspecto preventivo nós temos uma força de trabalho que não é suficiente. Com isso, é importante adotar procedimentos pedagógicos, didáticos, como esses da Estratégia Nacional de Prevenção à Fraude e à Corrupção. O Brasil tem hoje um dos maiores índices de corrupção do mundo. Nós queremos, com esse projeto, levar o Brasil a se igualar às organizações públicas internacionais em níveis de corrupção”, afirmou. @p

*CONSIDERADA uma das mais ativas do país, a Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão terá papel decisivo para o sucesso do projeto no estado*



# Novas perspectivas

## Planejamento Estratégico definirá ações e estratégias para ampliar efetividade organizacional

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) iniciou as atividades de elaboração de seu Planejamento Estratégico para o período 2019-2027.

O suporte técnico para a confecção do Planejamento Estratégico do TCE maranhense está sendo fornecido pela consultoria MBS, do Rio Grande do Sul, empresa vencedora do processo licitatório realizado com essa finalidade e que possui larga experiência na formatação de planejamentos estratégicos para tribunais de contas e outras instituições públicas e privadas de todo o país.

A atualização do Planejamento Estratégico do TCE acontece em razão da conclusão das ações e estratégias concebidas para o ciclo de planejamento anterior, que se estendeu de 2012 a 2016. Após análise dos principais pontos que

caracterizaram esse ciclo de planejamento, decidiu-se pela concepção de um novo Planejamento Estratégico capaz de atender aos desafios organizacionais inerentes ao cenário atual do controle externo brasileiro e que ao mesmo tempo contemple medidas passíveis de gerar maior aproximação com a sociedade e os fiscalizados.

Outra perspectiva que demonstra a necessidade de atualização do Planejamento Estratégico da instituição é a equalização de todas as ações do TCE maranhense aos parâmetros estabelecidos pelo MMD/QATC, iniciativa capitaneada pela Atricon que busca elevar o nível de desempenho dos tribunais de contas nacionais.

A metodologia definida para a confecção do novo Planejamento Estratégico foi a do Balanced Scorecard (BSC),





*OFICINA do novo Planejamento Estratégico do TCE maranhense reúne servidores: foco é no aumento da qualidade dos serviços prestados à sociedade*

amplamente utilizada por instituições dos setores público e privado para modificar seus processos gerenciais e alcançar novos patamares de eficiência organizacionais. O BSC é um método utilizado para o gerenciamento da estratégia das empresas, tendo como característica essencial permitir que os gestores da organização e as equipes trabalhem a perspectiva de longo prazo, agindo para consolidar ações e projetos que contribuam para o alcance de resultados efetivos.

A partir dessa metodologia, serão desenvolvidas diversas ações, distribuídas em várias etapas de trabalho, que terão como finalidade proporcionar o envolvimento de todos os setores administrativos do TCE e do maior número possível de servidores.

Nessa perspectiva, uma peculiaridade importante do processo de elaboração do novo Planejamento Estratégico é a realização de cursos e oficinas de nivelamento do conhecimento dos servidores do TCE diretamente envolvidos com essa atividade. Entre as oficinas que estão previstas para ocorrer ao longo do desenvolvimento dos trabalhos destacam-se as de “Discussão da Matriz SWOT da área meio do TCE”, o “Workshop de imersão – Identidade” e a de “Revisão da identidade institucional do TCE”.

O objetivo é conseguir a adesão do maior número de servidores possível ao processo de reflexão sobre as questões relativas à atuação do TCE como entidade responsá-

vel pelo controle externo e receber ideias que possam ser posteriormente incorporadas à estrutura do Planejamento Estratégico. Para o secretário da administração do TCE, Ambrósio Guimarães Neto, a participação dos servidores é um elemento crucial para que se consiga traçar os novos caminhos que devem ser seguidos pela instituição.

**“Queremos que os servidores participem desse momento em que refletimos sobre nossa missão institucional e o que podemos modificar para que sejamos uma instituição capaz de prestar serviços cada vez melhores à sociedade. A base da mudança em nosso Planejamento Estratégico e as medidas de concretização do que for estabelecido como metas estratégicas estão diretamente ligadas ao comprometimento e à capacidade de trabalho de todos os servidores.”**

Ambrósio Guimarães

## As atividades ligadas à elaboração do novo Planejamento Estratégico do TCE estão sendo coordenadas pela Comissão de Planejamento e Ações Estratégicas, composta por servidores da instituição.



Para coordenar todas as atividades ligadas à elaboração do novo Planejamento Estratégico do TCE foi criada a Comissão de Planejamento e Ações Estratégicas. Formada pelos servidores Ambrósio Guimarães Neto (Diretor da Secretaria de Administração), Divaci Couto Júnior (Gestor da Unidade Técnica de Controle Externo IV), Gladys Melo Aragão Nunes (Chefe do Gabinete de Controle Gerencial), Marcio Roberto Costa Freire (Supervisor de Controle Gerencial) e William Jobim Farias (Gestor da Escola Superior de Controle Externo), ela fará a interlocução com a consultoria contratada, com a alta administração do TCE e promoverá todos os cursos e treinamento destinados a qualificar os servidores com temáticas específicas relacionadas às rotinas de trabalho das áreas fim e meio.

O documento final com o Planejamento Estratégico do TCE para o ciclo 2019/2027 trará Mapa Estratégico com os objetivos essenciais para a instituição no cenário contemporâneo do controle externo brasileiro, referenciados pela Missão Institucional, Visão de Futuro e Valores para a Sociedade.

Ao longo do desenvolvimento das ações e estratégias previstas no Planejamento Estratégico, serão implementados mecanismos de avaliação capazes de identificar os resultados concretos que forem atingidos a cada etapa. Esse foi um dos pontos de convergência dos participantes do trabalho quando foram analisados os resultados alcançados pelas ações realizadas em decorrência do Planejamento Estratégico anterior. A adoção dessa sistemática poderá conduzir a resultados ainda mais efetivos nas ações a serem desenvolvidas pela instituição.

A Comissão de Planejamento e Ações Estratégicas do TCE, em conjunto com a consultoria MBS, estabeleceu como meta concluir o trabalho de elaboração do novo Planejamento Estratégico do TCE até o final de fevereiro de 2020. **ep**







# Sociologia do crime

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência e Escola Superior de Controle Externo realizam capacitação sobre sociologia do crime e da violência

*CORONEL Laércio Ozório, novo chefe do Gasip, durante a palestra*

O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência do TCE-MA (GASIP) em parceria com a Escola de Contas do TCE-MA (ESCEX), realizou a “Capacitação sobre sociologia do crime e da violência”, com a participação de 34 servidores do tribunal, superando a expectativa inicial de 30 participantes.

O objetivo do encontro foi ampliar os conhecimentos dos servidores em relação às práticas do cotidiano quanto à sociologia do crime e da violência, seja no trabalho ou na convivência social, em uma abordagem referente a termos ligados à segurança pública.

Realizada em três horas, das 9h00 às 12h, a capacitação também foi pensada como um momento de interação entre o GASIP e os servidores do TCE. “Uma das nossas finalidades com esta capacitação foi aproximar o gabinete institucional dos demais serventuários da casa, estreitando nossas relações e ajudando no mútuo conhecimento”, disse o coronel Laércio Ozório Bueno, chefe do GASIP.

A capacitação foca ainda em criar condições para que os servidores possam desenvolver uma conduta ética e cidadã no desempenho de suas atividades de trabalho e também

no seu dia a dia fora do ambiente de trabalho. “O tema da capacitação, apesar de não estar vinculado diretamente ao nosso trabalho como auditores aqui no tribunal de contas, nos diz respeito com cidadãos, como pessoas que vivem em sociedade, que são atingidas pela violência. Então, estudar um pouco mais sobre sociologia, sobre o que é o crime, é enriquecedor pra gente como pessoa. Compreender os diversos tipos de crime amplia nosso conhecimento, o que é sempre de grande valia para nós”, destacou o secretário de Controle Externo do TCE, Bruno Almeida.

Ao final da manhã, a avaliação do coronel Laércio Ozório Bueno foi bastante positiva. “Nossa ideia principal foi alcançada: trazer essa discussão, um assunto muito importante, para nossa convivência social, refletindo sobre o nosso papel na sociedade. O resultado eu classifico como sensacional, as pessoas interagiram, houve troca de informações, nos deixando satisfeitos ao final do evento, com um aprendizado muito grande para todos os presentes” disse Ozório.

Após o encerramento, o chefe do GASIP recebeu um certificado pela sua colaboração como facilitador da capacitação das mãos do conselheiro Álvaro César de França Ferreira. @p

# Segurança em foco

Gabinete de Segurança Institucional (Gasip) realiza cerimônia de entrega de certificados a participantes de curso de tiro

O Gabinete de Segurança Institucional (Gasip) realizou no dia 25 de outubro, a entrega de certificados aos participantes do curso “Instrução de Tiro de Noções e Sobrevivência Urbana”. A solenidade realizada no auditório contou com a presença do presidente do Tribunal de Contas, Nonato Lago, que compôs a mesa junto ao vice-presidente, Washington Oliveira, o procurador do Ministério Público de Contas, Jairo Vieira, o conselheiro Álvaro César e o Coronel Laércio Ozório, a frente do Gasip.

*PRESIDENTE do TCE, conselheiro Nonato Lago, recebe certificado das mãos do novo chefe do Gasip*



**“Boas iniciativas tem sido postas em práticas pelo Gasip, este é o terceiro evento realizado este ano, e todos foram de grande utilidade para que esse tribunal seja um órgão que faz boas ligações entre relacionamento e segurança.”**

Presidente Nonato Lago

O grupo participante da instrução foi composto pelos policiais militares pertencentes ao quadro efetivo do Gabinete de Segurança e dos integrantes do TCE maranhense com prerrogativa de portar arma de fogo. Durante a cerimônia, além do certificado de conclusão do treinamento com aproveitamento, de acordo com o que estabelece as doutrinas específicas, o grupo recebeu ainda uma placa alusiva a participação.

O Coronel Laércio Ozório acredita que o Gasip pode fazer mais que salvaguardar os que cuidam das contas públicas, destacando que o momento é de comemoração pelo êxito do evento e que momentos de aprimoramento técnico e profissional seja permanente na rotina do tribunal. “O treinamento foi um grande sucesso, queremos agradecer ao presidente que autorizou a executar esse projeto, a polícia militar pelo apoio técnico e a todos que participaram da atividade. É importante lembrar que a busca por eficácia deve ser permanente em nossa vida e principalmente quando se trata do tiro, é preciso ter a plena e absoluta certeza de que estamos aptos ao uso da arma”, ressaltou.

Em sua fala de abertura o presidente Nonato Lago ressaltou a importância da iniciativa e parabenizou a todos que compõem o gabinete militar. “Boas iniciativas tem sido postas em práticas pelo Gasip, este é o terceiro evento realizado este ano, e todos foram de grande utilidade para que esse tribunal seja um órgão que faz boas ligações entre relacionamento e segurança”. @p



**3 MOMENTOS da cerimônia de entrega dos certificados do curso...iniciativa cujo êxito foi apontado por todos os participantes, marcando as atividades do Gasip no primeiro semestre deste ano**

# A Hora

## Transparência, normas padronizadas e combate à corrupção como ferramentas de efetividade das políticas públicas de controle social

O trabalho dos auditores organizado por normas padronizadas aliadas a ações implementadas pelas instituições públicas no processo de combate à corrupção, fortalecendo também o controle interno, são pontos convergentes e que podem originar alternativas para a ampliação da participação dos cidadãos na administração pública via exercício do controle social, além de garantir um caminho mais sólido de contribuição para garantir a efetividade das políticas públicas.

Nesse sentido, o TCE-MA realizou, nos meses de novembro e dezembro, dois eventos em relação a esses temas. No dia 28 de novembro aconteceu o 1º Seminário de Controle Interno e Transparência no Combate à Corrupção. E nos dias 5 e 6 de dezembro foi a vez da reunião local do Fórum Nacional de Auditoria.

O Seminário foi realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) e Secretaria de Estado de

Transparência e Controle (STC), e reuniu representantes de várias instituições que integram a Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão, gestores públicos, representantes de conselhos de direitos, servidores das prefeituras de Bacabeira, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e São Luís, além de estudantes.

A programação foi composta de palestras voltadas para a apresentação das ações implementadas pelas instituições públicas no processo de combate à corrupção e de debates sobre alternativas para a ampliação da participação dos cidadãos na administração pública via exercício do controle social. O encontro quis demonstrar aos participantes a relevância do controle interno para as administrações públicas, especialmente em tempos de escassez de recursos, o que exige racionalidade e eficiência ainda maiores nas medidas adotadas pelas instituições públicas. Outro aspecto mostrado nas palestras do seminário foi a necessidade de fortaleci-

*PARTICIPAÇÃO do cidadão nos mecanismos de transparência e controle da gestão pública foi um dos focos principais do evento*





ÇÃO:

DO DO  
HÃO  
ODOS NÓS



PREFEITURA DE  
**SÃO LUÍS**  
PRESENTE TODOS OS DIAS

MARANHÃO  
**TRIBUNAL DE**

*PRESIDENTE do TCE definiu o combate à corrupção como um um dos maiores desafios contemporâneos*

mento do controle interno, de maneira a que essa instância da administração pública consiga cumprir integralmente o que foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

Na abertura do seminário, o presidente do TCE, conselheiro Nonato Lago, afirmou que o combate à corrupção é um dos maiores desafios contemporâneos que os países enfrentam, cabendo às instituições públicas que exercem o controle externo e fiscalizam a gestão pública atuar de forma ágil e integrada, apresentando resultados efetivos à sociedade. “As instituições que integram a Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão atuam em sintonia com o princípio de que, como órgãos republicanos, suas ações devem defender os interesses legítimos da sociedade e do pleno exercício da cidadania, o que passa pelo combate eficaz a todas as formas de corrupção”, destacou Nonato Lago.

A secretária de Estado de Transparência e Controle, Lílian Guimarães, ressaltou que o combate à corrupção deve ser feito a partir de uma articulação cada vez maior entre os vários níveis dos poderes públicos, fato que permite o emprego de ações específicas e com elevado grau de efetividade. “Hoje, temos a Rede de Controle constituída e com diversos órgãos atuando. Este seminário foi resultado dessa união. A estratégia de combate à corrupção tem várias frentes. Além dos órgãos de controle, é indispensável a participação da sociedade. É necessária uma união de forças para que possamos traçar metas e desenvolver ações efetivas”, afirmou Lílian Guimarães.

Um dos palestrantes do evento, o secretário do Tribunal de Contas da União no Maranhão e coordenador da Rede de Controle da Gestão Pública, Alexandre Walraven, disse que a programação de eventos para o próximo ano deve dar continuidade às ações que têm como objetivo a formação de auditores sociais, fortalecendo o controle social no cenário da administração pública. “No entendimento da coordenação executiva da Rede de Controle, as audiên-

**“No entendimento da coordenação executiva da Rede de Controle, as audiências de controle social e cidadania devem continuar a ser realizadas. Com isso, formaremos novos auditores sociais e daremos ao controle social importância e destaque cada vez maiores, com os cidadãos fiscalizando a aplicação dos recursos públicos nos lugares onde moram.”**

Alexandre Walraven

cias de controle social e cidadania devem continuar a ser realizadas. Com isso, formaremos novos auditores sociais e daremos ao controle social importância e destaque cada vez maiores, com os cidadãos fiscalizando a aplicação dos recursos públicos nos lugares onde moram”, ressaltou Alexandre Walraven.

**FORUM NACIONAL DE AUDITORIA** - A edição local do Fórum Nacional de Auditoria foi a primeira realizada após o lançamento do Nível 3 das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) - Requisitos Mandatórios de Auditoria. De acordo com o IRB, entidade promotora do evento, as NBASP contêm orientações essenciais para a credibilidade, qualidade e profissionalismo da auditoria do setor público. Alinhadas às normas internacionais de auditoria emitidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), com as adaptações necessárias para convergir com o marco normativo brasileiro, as NBASP consolidam o arcabouço básico de normas e, observadas, representam a aderência dos trabalhos de auditoria aos padrões internacionais.

“Duas razões igualmente importantes tornam especial a oportunidade para o TCE maranhense de sediar essa edição local do Fórum Nacional de Auditoria. A primeira delas é a adoção das NBASP no âmbito da instituição. A segunda é a nossa nova estrutura organizacional, que garante um ambiente mais adequado para a implantação desse conjunto normativo, como um caminho mais sólido em nossa contribuição para garantir a efetividade das políticas públicas”.

Essas foram as palavras do vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), Washington Luiz Oliveira, que abriu a edição local do Fórum. Na mesa de abertura, o vice-presidente do TCE esteve acompanhado pelo procurador-chefe do Ministério Público de Contas (MPC), Paulo Henrique Araújo dos Reis, pelo secretário-geral do TCE, Ambrósio Guimarães Neto, pelo vice-diretor da Escola Superior de Controle Externo (Escex), conselheiro-substituto Melquizedeque Nava Neto, e pelo conselheiro Inaldo da Paixão (TCE-BA), vice-presidente de auditoria do Instituto Rui Barbosa (IRB), responsável pela palestra que abriu a programação.

Ao traçar um histórico de implantação das Normas de Auditoria no Brasil, Inaldo da Paixão chamou a atenção para a importância dos mecanismos de transparência para que o controle dos gastos públicos seja exercido a contento, o que só é possível em um ambiente democrático, no qual as instituições possam desempenhar livremente suas atribuições constitucionais.

Para o Secretário de Tecnologia e Inovação do TCE, Renan Coelho de Oliveira, esses dois dias de capacitação foram de extrema importância para que a corte de contas maranhense possa se assimilar conhecimentos que terão importância decisiva na implementação das NBASP. “Trata-se de promover a transformação dos processos de fiscalização, não apenas do ponto de vista da tecnologia da informação, mediante uso de robôs, inteligência artificial, etc, mas de adequação metodológica, consoante as NBASP”, pontuou o auditor. **@p**



**FORMAÇÃO** de auditores sociais foi destacada ao longo de todo o evento

# Arte também é da nossa conta

Ações que incluíram exposição de artes plásticas, oficina de pintura, visita à exposição e roda de conversa sobre arte repercutem positivamente e animam servidores

**E**m uma iniciativa que encontrou muita receptividade, o TCE-MA realizou, entre os meses de setembro e outubro, eventos com artes plásticas, oficinas, visita a uma exposição e roda de conversa sobre arte. As ações foram executadas pela Escola Superior de Controle Externo (Essex), em parceria com Biblioteca, Escola de Contas, Ungep, Suvid e Ascom, com o intuito de incentivar o conhecimento artístico e histórico, visando à integração de cultura e conhecimento à atuação institucional.

A Escola Superior de Controle Externo é a unidade administrativa responsável pela proposição e condução das políticas e das ações de educação corporativa, bem como pela gestão do conhecimento organizacional. Diante disso, nada mais lógico do que fomentar momentos como esses, de enriquecimento para os que participaram diretamente das atividades e também para todo o corpo funcional da instituição.

**EXPOSIÇÃO** - A exposição “Olhares sobre o cotidiano”, do artista João Carlos Pimentel, servidor do TCE-MA, foi a primeira das ações. Aconteceu entre 10 de setembro e 10 de outubro, na biblioteca da instituição, apresentando 14 quadros. A mostra foi a primeira iniciativa do gênero realizada nas dependências do TCE-MA.

Sobre o fato da exposição acontecer em seu local de trabalho, nos falou o pintor. “Muitos servidores já me conhecem como artista e havia uma certa cobrança em relação a mostrar meu trabalho aqui dentro, para os colegas. Esse estímulo veio ao encontro do convite do Ribamar Nojosa, na época gestor da biblioteca, pra expor naquele espaço, que me parece bastante adequado para mostras desse tipo. Tudo ficou ainda mais interessante pelas outras ações agregadas à iniciativa da biblioteca e da Essex”, avaliou Pimentel.

Com grande comparecimento de servidores, a abertura da exposição contou ainda com as presenças de Ribamar Nojosa, da presidente da Associação do TCE-MA, Kelscylene Pereira Carvalho, do secretário de administração, Ambrosio Guimarães Neto, e do vice-presidente, Washington Oliveira, representando o presidente Nonato Lago. “Este é um projeto cultural de grande relevância que foi pensado e executado por servidores do tribunal porque aqui existem grandes valores, artistas, intelectuais, escritores, pintores, poetas. A intenção é a divulgação desses talentos e de suas obras não só para o público interno, mas também para a sociedade. E a integração de tantos setores – Biblioteca, Escola de Contas, Ungep, Suvid, Ascom - para a viabilização desta exposição mostra que temos muito a oferecer”, disse o conselheiro Washington.

A servidora da Esceex, Rossana Jansen, aprovou o que viu. “Achei a iniciativa fantástica porque, além de destacar um talento da casa, a exposição aglutina os servidores em torno das obras e ocupa o espaço da biblioteca, pertinente a mostras como essa, que proporcionam conhecimento e arte”. Para a presidente da ASTCE (Associação dos Servidores do TCE-MA), Kels-cilene Pereira Carvalho, a exposição trouxe coisas boas para o tribunal. “Quando recebemos o convite para participar, para apoiar, abraçamos logo a ideia porque avaliamos que era algo assim que estávamos precisando para levantar o astral do servidor, do associado. Há muitos artistas aqui no tribunal que precisam ser evidenciados e agora já temos este espaço que vem ao encontro dessas propostas. Acredito que essa é apenas uma primeira iniciativa, virão outras de grande sucesso também”, declarou Kels-cilene.

O artista fez uma avaliação muito positiva da exposição: “Senti como êxito total. O público prestigiou, desde a presidência da casa até os mais variados colegas servidores, enfim, o tribunal esteve bem representado. As obras foram bem aceitas, além de algumas já estarem previamente reservadas, todas as outras foram vendidas, então eu estou plenamente satisfeito com a exposição aqui na sede do TCE-MA”.

A mostra foi a quarta exposição individual de João Carlos Pimentel, que também já participou de três coletivas. Mestrando em Artes pela UFMA, nesta mostra o artista fez uma retrospectiva dos últimos dez anos, entre telas mais antigas e outras mais recentes (até inéditas), contando, inclusive com obras já pertencentes a colecionadores, que as cederam para estar na exposição. As telas foram produzidas, principalmente, a partir de registros fotográficos de locais por onde o artista passou, tanto no interior do estado quanto em São Luís. Depois de passarem por uma edição, algumas cenas são selecionadas como temas dos quadros.

As visitas guiadas aconteceram com prévio agendamento na Biblioteca, de segunda a quinta-feira, das 10h às 11h, durante o período de realização da exposição. Os servidores ligados à Maranata, empresa terceirizada de serviços gerais no TCE, também tiveram uma visita especial à mostra. Maria Antônia Barros Santos, auxiliar de serviços gerais, participou tanto da visita quanto da oficina de pintura. “Gostei muito da oficina, a gente aprendeu muitas coisas, até algumas técnicas. A exposição também foi linda, acho que deveria acontecer mais momentos como esses aqui no tribunal. É muito bom a gente aprender, cada dia mais e cada dia um pouquinho. Pra mim, foi muito importante, eu gostei demais”, disse Maria Antônia.



**ANFITRIÃO:** João Carlos Pimentel recebe participantes da exposição

### EXPOSIÇÕES REALIZADAS

**Iconografia Urbana de São Luís (Coletiva)**

2003 – Sesc São Luís

**Exposições - Imagens do Corpo (Individual)**

2004 - Sesc São Luís

**Itapecuru, imagens recorrentes (Coletiva)**

2006 – Sesc Itapecuru

**Iconografia Urbana de São Luís (Coletiva)**

2007 – Galeria Nagy Lajos

**Sem Perspectiva (Individual)**

2012 - Sesc São Luís

**Iconografia Urbana de São Luís (Coletiva)**

2013 - Sesc São Luís

### PRÊMIOS RECEBIDOS

**Prêmio – Mostra maranhense de humor**

1999- melhor cartoon maranhense

**Prêmio – Mostra maranhense de humor**

2000- melhor cartoon maranhense

**Prêmio Concurso Literário e Artístico Cidade de São Luís**

1º lugar categoria pintura



**RODA DE CONVERSA** - Destinada a servidores interessados nos temas arte e cultura, a roda de conversa com o artista João Carlos Pimentel contou com a presença de 19 servidores e aconteceu na Sala Retrátil da Esceex. O objetivo do bate-papo foi estimular o debate sobre arte no ambiente de trabalho e falar sobre o processo de criação do artista, além de outras questões. A arte é campo fértil para o diálogo e encontros como esse também podem possibilitar, além da aquisição de conhecimentos, uma curiosidade sobre o assunto que poderá ser aprofundado posteriormente.

“A roda de conversa foi uma oportunidade que eu tive de falar sobre meu trabalho, minha produção artística e também sobre algumas questões como processo criativo, relação da arte com o cotidiano, com o meio em que está inserida. Além disso, também falamos sobre linguagens afins, como a música, a fotografia, a literatura”, pontuou Pimentel.

Para Aline Sampaio, servidora da Esceex, a experiência foi bastante produtiva. “O diálogo entre os servidores com o artista possibilitou reflexões não só sobre o seu trabalho exposto, mas sobre todo o processo de criação, e permitiu participação de todos os presentes sobre suas vivências e envolvimento com diversas manifestações artísticas”, disse a servidora.

O artista ainda destacou a importância da iniciativa da instituição. “Foi uma oportunidade valiosa que o TCE, por meio da Esceex, propiciou para nós podermos discutir outros conceitos além daqueles tradicionais ligados ao controle de contas”, finalizou João Carlos.

**OFICINA DE PINTURA E EXPOSIÇÃO** - Para as oficinas, foram oferecidas 60 vagas divididas em quatro turmas de 15 alunos, destinadas aos servidores ativos e inativos pre-

viamente inscritos através do Sistema Esceex Sophia. As oficinas aconteceram uma vez por semana, nos dias 20 e 27 de setembro, e nos dias 4 e 11 de outubro, na sala Grupo de Trabalho da Escola.

As quatro oficinas não ficaram só na teoria e prática dentro da sala. O resultado dos trabalhos foi exposto no hall de entrada do prédio anexo do dia 18 de outubro até o final daquele mês. Sem impor critérios técnicos ou artísticos, a mostra contou com o total dos trabalhos produzidos pelos servidores.

“Realizar as oficinas foi prazeroso e surpreendente porque observei o engajamento dos servidores, a forma como eles produziram, o prazer de pintar, achei tudo isso muito significativo”, avaliou Pimentel, condutor das oficinas. Para ele, esses momentos também derrubaram barreiras hierárquicas. “Talvez a coisa mais significativa que eu tenha percebido foi como as pessoas, naqueles momentos das oficinas, não estavam ali como representantes de hierarquias nem de cargos institucionais, elas estavam como pessoas que se predispuseram a realizar trabalhos artísticos. De uma forma prazerosa, elas colocaram aquilo que têm como afetividade em relação a cores, formas. A maneira com elas se integraram na atividade eu avalio como o mais significativo”, concluiu o artista.

Lucidalva Cota, auxiliar de Serviços Gerais no TCE, gostou muito de participar de uma das oficinas. “Tive a experiência de desenhar um gato, o que foi muito bom porque eu gosto muito de gatos. Senti um pouco de dificuldade no início, mas depois deu tudo certo. Eu desenhei com amor, então saiu tudo bem feito. Queria poder botar mais em prática essa experiência, mas não tenho essa oportunidade. Se surgir outra aqui, com certeza, eu vou participar. Quero poder desenhar mais”, disse, empolgada, a servidora.

A iniciativa do projeto e das oficinas também foi bem avaliada porque quem não participou diretamente das atividades. “A primeira coisa que eu destaco é a questão integrativa. Nós precisamos sair um pouco da nossa visão voltada apenas para a parte técnica. Sabemos que o tribunal investe maciçamente nessa parte técnica, mas também precisamos entender que esta instituição é um organismo vivo, então ela tem também o papel de integrar os servidores, de mostrar que a arte, que a pintura, são essenciais para o desenvolvimento integral do ser humano. Por isso tudo, eu vejo de uma forma muito positiva tudo que aconteceu. Todos nós temos muito a ganhar com isso”, argumentou a coordenadora de Tramitação Processual do TCE, Mônica Bezerra da Rocha. ©p

**VISITANTES conferem os trabalhos resultantes da oficina de criação**



## NOSSA IMAGEM



SETEMBRO AMARELO

*Cada vida conta!*



**PREVENÇÃO COM ARTE:** No TCE, o mês dedicado ao debate e disseminação de informações capazes de contribuir para a prevenção ao suicídio contou com o reforço das tintas e pincéis, além de muita criatividade e desejo de colaborar.



**SE TOQUE**

PREVENÇÃO É O MELHOR CAMINHO!

# Outubro Rosa

mês de combate ao câncer de mama

